

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 050/2024
Data: 28/05/2024**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PRAIAS PRIVATIZADAS? SENADO DISCUTE PROJETO QUE PODE PERMITIR VENDA DE ÁREAS COSTEIRAS	4
RS: BAIRRO ALAGADO RECEBE BOMBA MÓVEL MAIS DE 20 DIAS APÓS ENCHENTE	5
VLI ATINGE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE AÇÚCAR EM TERMINAL DO PORTO DE SANTOS	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
ARROZ GANHA FORÇA EM AL E VIRA OPÇÃO PARA ENTRESSAFRA DA CANA	6
CORREDORES TURÍSTICOS DO RN TERÃO R\$ 128 MI EM OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO.....	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	10
AVISO DE PAUTA - PRIMEIRA AÇÃO INTEGRADA PNATRANS PROMOVE SEGURANÇA NO TRÂNSITO EM SANTA CATARINA 10	
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA.....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Porto Central estuda implantar unidade de reciclagem de navios</i>	12
<i>Porta-aviões dos EUA leva doações ao RS</i>	12
<i>Cidades da Espanha estudam restringir escalas de navios de cruzeiros</i>	12
NACIONAL - GOVERNO ANUNCIA ENVIO DE 2 MILHÕES DE KG DE CARNE PARA O RS	13
NACIONAL - ALERTA DE PERIGO NO RIO GRANDE DO SUL PARA CHUVAS E CICLONE	14
NACIONAL - COMEÇAM OPERAÇÕES NA BASE AÉREA DE CANOAS	14
BE NEWS - CONEXÃO SOPESP ESTREIA NESTA TERÇA-FEIRA NA TV BE NEWS	15
PORTO DE SANTOS - APS APRESENTA PLANOS DE EXPANSÃO EM MISSÃO NA ESPANHA.....	16
REGIÃO SUDESTE - SANTOS PROMETE DEFENDER DESAPROPRIAÇÃO ZERO PARA OBRAS DO TÚNEL	17
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI CONCLUI DIAGNÓSTICO DO SEU PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO	18
BAHIA ECONÔMICA - BA	19
DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA ESTÁ SUCATEADA, DIZ REPORTAGEM	19
EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA COSTA BRASILEIRA É ESSENCIAL, DIZ MAGDA	20
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	20
MAGDA CHAMBRIARD DÁ O TOM DE SUA GESTÃO NA PETROBRAS	20
GARGALO PARA RENOVÁVEIS, MINERAIS SÃO UMA NOVA CHANCE PARA PAÍSES DO SUL GLOBAL.....	22
BRASIL, O PAÍS DA ENERGIA LIMPA	24
JORNAL O GLOBO – RJ	25
MAGDA ACERTA EM DEFENDER EQUILÍBRIO DE INTERESSES DE ACIONISTAS, MAS MOSTRA NÃO ENTENDER PAPEL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	25
'INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INDÚSTRIA SERÁ MAIS LENTA DO QUE SE IMAGINA', DIZ CEO DA RADIX	26
CONTAS DO GOVERNO TÊM SUPERÁVIT DE R\$ 11,1 BI; NÚMERO É O PIOR PARA O MÊS EM QUATRO ANOS.....	29
SÃO PAULO MOSTRA A BRASÍLIA COMO FAZER AJUSTE DE GASTOS.....	30
CONHEÇA A CIDADE QUE QUER CONSTRUIR UM 'PORTO SECO' NO INTERIOR DO PARANÁ	31
GOVERNO ARTICULA PARA MANTER VETO A DESPACHO GRATUITO DE BAGAGENS, MAS FALTA DE ACORDO PODE ADIAR ANÁLISE MAIS UMA VEZ	32
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	33
ECONOMIA VERDE: SAIBA QUAIS RISCOS AMEAÇAM O DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS LIGADAS À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA... 33	
DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO: A DOIS DIAS DO FIM DO DO PRAZO, 37% DAS EMPRESAS NÃO SE CADASTRARAM.....	34
BRASIL DEVE CRESCER 2,5% AO ANO NO MÉDIO PRAZO, APÓS RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, DIZ FMI	36
GOVERNO FECHA ABRIL COM SUPERÁVIT DE R\$ 11 BILHÕES NAS CONTAS PÚBLICAS.....	37
RAÍZEN APOSTA NO POTENCIAL DA CANA PARA IMPULSIONAR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	38
VALOR ECONÔMICO (SP)	40
CONGRESSO ADIA DE NOVO ANÁLISE SOBRE VETO À GRATUIDADE DE BAGAGENS EM VOOS	40
ARCELORMITTAL IMPLEMENTA EXPANSÃO COM PROGRAMA DE R\$ 25 BI	40
NÍVEL DO GUAÍBA SEGUE ABAIXO DOS 4 METROS, COM PREVISÃO DE DECLÍNIO.....	42
REDES 4G E 5G PRIVATIVAS VIABILIZAM USO DE IOT EM LARGA ESCALA	43
REFORMA TRIBUTÁRIA PODE ENCARECER OS SERVIÇOS	45
PORTAL PORTOS E NAVIOS	46
PORTOSRIO MODERNIZA GESTÃO PORTUÁRIA COM NOVO SISTEMA INFORMATIZADO	46



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 050/2024
Página 3 de 55
Data: 28/05/2024
www.mercoshipping.com.br
mercoshipping.com.br

PETROBRAS CONTRATA SEATRUM PARA CONSTRUÇÃO DE DOIS FPSO POR US\$ 8,15 BILHÕES.....	47
PPSA FECHA 2023 COM LUCRO E ARRECADAÇÃO RECORDE	48
MAGDA PROMETE EMPENHO PARA FORTALECER CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS	48
PEC DA PRIVATIZAÇÃO DE ÁREAS COSTEIRAS PREJUDICA TUPS, APONTA ATP.....	49
TRANSPETRO INTENSIFICA OPERAÇÕES SHIP TO SHIP NA BAHIA	50
PARCEIROS DECIDEM FINAL DE INVESTIMENTO PARA OS DESENVOLVIMENTOS DE ATAPU-2 E SÉPIA-2.....	51
ATIVA LOGÍSTICA INAUGURA CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO EM BARUERI (SP)	52
PPSA PUBLICA EDITAL PARA LEILOAR 33 MILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO DA UNIÃO EM 2025	52
PORTOS BRASILEIROS PARTICIPAM DE MISSÃO NA ESPANHA	53
HAPAG-LLOYD E IKEA SE UNEM PARA PROMOVER TRANSPORTE MARÍTIMO MAIS LIMPO.....	54
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	55
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	55



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PRAIAS PRIVATIZADAS? SENADO DISCUTE PROJETO QUE PODE PERMITIR VENDA DE ÁREAS COSTEIRAS

Para especialistas, medida pode causar ocupação desenfreada; mudanças climáticas recomendam o contrário

Por: A Tribuna Digital - SP



Com a extinção do terreno de marinha, o proprietário passaria a ser o único dono, podendo transformar a praia em espaço particular Foto: FreePik

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado está discutindo uma proposta que, se aprovada, pode privatizar áreas de praias que hoje pertencem à União. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2022 transfere os chamados terrenos de marinha aos seus ocupantes particulares, mediante pagamento. A transferência de áreas ocupadas por Estados e municípios

será gratuita.

Para especialistas, a medida pode causar ocupação desenfreada da orla, no momento em que as mudanças climáticas recomendam o contrário.

- Os chamados terrenos de marinha são áreas situadas na costa marítima brasileira, incluindo as praias e o contorno de ilhas.
- Eles correspondem a uma faixa de 33 metros, medidos a partir da posição da preamar média (maré cheia). Também são considerados terrenos marinhos as margens dos grandes rios, lagos e lagoas.
- Os moradores que ocupam essas áreas estão sujeitos ao regime de aforamento, sendo obrigados a pagar anualmente à União uma taxa sobre o valor do terreno.
- A propriedade do imóvel é compartilhada na proporção de 83% do terreno para o cidadão e 17% para a União. Sobre o percentual federal, os ocupantes pagam as taxas de foro e laudêmio.
- O tributo é calculado sobre o valor venal (estimado pela prefeitura) do imóvel.

De acordo com o senador Rogério Carvalho (PT-GO), que convocou a audiência pública, a proposta que distribui esses imóveis entre os Estados, municípios e particulares altera a Constituição e pode impactar o Balanço Geral da União e as receitas decorrentes desses pagamentos. Para entrar em vigor, a PEC precisa ser aprovada em votação no Senado, ainda sem data definida.

Atualmente, a lei prevê que, embora os ocupantes legais tenham a posse e documentos do imóvel, as áreas litorâneas, inclusive as praias, pertencem à União e não podem ser fechadas, ou seja, qualquer cidadão tem o direito de acesso ao mar. Com a extinção do terreno de marinha, o proprietário passaria a ser o único dono, podendo transformar a praia em espaço particular.

Ambientalistas afirmam que o texto dá margem para a criação de praias privadas, além de promover riscos para a biodiversidade e para as comunidades tradicionais de pescadores e caiçaras. Atualmente, partes de áreas urbanas de grandes cidades litorâneas, como Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (BA), Florianópolis (SC) e Santos (SP), estão dentro da faixa de marinha.

O relator da PEC, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), já se posicionou favorável ao projeto que, segundo ele, vai atingir 521 mil propriedades cadastradas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Carvalho, no entanto, afirma que o tema demanda maior discussão devido ao impacto que pode acarretar ao meio ambiente e às comunidades de pescadores.

A proposta foi aprovada pela Câmara em fevereiro de 2022. Conforme o projeto, os proprietários pagariam pelos 17% que pertencem à União em um prazo de até dois anos. Nesta segunda-feira, 27, uma consulta pública aberta pelo Senado para aferir o apoio à PEC tinha 641 votos 'sim' e 39.534 votos 'não'.

O pesquisador Ronaldo Christofolletti, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), disse ao Estadão que a aprovação da proposta pode acelerar ainda mais a ocupação das faixas litorâneas, que já foi feita de forma errada, segundo ele.

"Prédios e condomínios foram construídos quase dentro da água, com a retirada da restinga e dos manguezais que protegem a faixa de areia. O desprovimento das áreas de marinha levará a uma maior ocupação dessas áreas no momento em que as mudanças climáticas vão tornar as grandes ressacas mais frequentes", afirmou.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/05/2024

RS: BAIRRO ALAGADO RECEBE BOMBA MÓVEL MAIS DE 20 DIAS APÓS ENCHENTE

Protesto de moradores fechou uma das principais via de Porto Alegre

Por: Agência Brasil



Vila Farrapos, no Humaitá, na zona norte de Porto Alegre Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Um protesto de moradores da região da Vila Farrapos, no Humaitá, na zona norte de Porto Alegre, fechou umas pistas da rodovia BR-290, a Freeway, próxima à Arena do Grêmio, durante a manhã desta segunda-feira (27). Eles pressionavam pela instalação de uma bomba móvel para drenar a água, que se acumula no bairro desde o dia 3 de maio.

"A nossa reivindicação aqui é pacífica, sobre as bombas que a gente quer que eles botem em movimentação, para esvaziar a água. A gente está há um mês dentro da água, passando trabalho, e precisa sair dessa situação", afirmou Claudia Rodrigues, catadora de material reciclável, moradora da região. Ela e o marido estão há três semanas acampados sob um viaduto, perto de casa, esperando a água baixar.

Durante o protesto, o trânsito na região, que liga a capital à região de Canoas, onde fica a Base Aérea, ficou bastante congestionado. Equipes do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae), órgão da prefeitura, e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) foram ao local negociar com os manifestantes. Ao final, ficou o acertado o envio de uma bomba móvel hidráulica emprestada pela Sabesp, a companhia de água e esgoto de São Paulo, e que estava sendo usada em outro ponto da cidade, mais de 20 dias após a inundação.

Segundo o Dmae, a região é atendida por uma Estação de Bombeamento de Águas Pluviais (Ebp), que escoar a água das ruas de volta ao Lago Guaíba, mas que, desde a enchente, está funcionando com apenas dois de seus quatro motores.

"Estamos em contato direto com a comunidade do Humaitá, eles não estão desassistidos", informou o órgão em postagem nas redes sociais. No início da tarde, o departamento publicou um vídeo da instalação da bomba móvel da Sabesp.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/05/2024

VLI ATINGE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE AÇÚCAR EM TERMINAL DO PORTO DE SANTOS

Em novembro de 2020, VLI e Tereos inauguraram dois armazéns
Por ATribuna.com.br



Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita, o Tiplam, registrou alta no volume de açúcar (Divulgação)

A VLI, companhia de soluções logísticas que opera ferrovias, portos e terminais, atingiu recorde histórico de movimentação de açúcar na safra de 2023/2024, iniciada em abril do ano passado e concluída no último mês de março.

As 6,1 milhões de toneladas transportadas nas ferrovias e as 5,1 milhões de toneladas movimentadas no Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), em Santos, representaram, respectivamente, volumes 24% e 28% superiores aos registrados na safra de açúcar 2022/2023.

O recorde da movimentação de açúcar no Tiplam se reflete nos resultados dos clientes que utilizam o terminal para a exportação da commodity. Entre eles, a Tereos, que registrou um volume total transportado de mais de 1 milhão de toneladas de açúcar pelo modal ferroviário, 7% acima da safra anterior.

“O segmento de açúcar é estratégico para a VLI. Nossa oferta de serviços multimodais demonstra perfeitamente nossa capacidade de cocriação de soluções logísticas e resulta em grandes benefícios para a cadeia de negócios de nossos clientes. Por meio da orquestração de diferentes modais, do planejamento integrado e do nosso foco em excelência operacional, conseguimos atender satisfatoriamente os nossos clientes produtores de açúcar e de grãos em um período de safras recordes em ambos os segmentos”, afirma Nicolas Szwako, diretor de Operações do corredor Sudeste da VLI.

Em novembro de 2020, VLI e Tereos inauguraram dois armazéns de açúcar, um deles localizado no Tiplam, com capacidade para armazenar 115 mil toneladas de açúcar bruto. O outro está localizado no TIGU - Terminal Integrador de Guará (SP) – também da VLI.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 28/05/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ARROZ GANHA FORÇA EM AL E VIRA OPÇÃO PARA ENTRESSAFRA DA CANA

Produção de arroz em Alagoas se concentra em municípios na divisa com Sergipe
Por Vanessa Siqueira

A catástrofe climática no Rio Grande do Sul desencadeou diversos problemas, com grande impacto em alimentos, sendo o arroz o que mais vem sendo debatido. Alagoas importa a maior parte do consumo do grão, mas produtores locais têm investido no plantio, como forma de diversificar a produção estadual. Um dos exemplos é a Cooperativa Pindorama, que adquiriu uma unidade de beneficiamento e tem apostado no plantio de arroz na entressafra da cana.



Cooperativa adquiriu unidade de beneficiamento de arroz no Baixo São Francisco e vem apostando na cultura. Foto: Cooperativa Pindorama

De acordo com dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Alagoas consome cerca de 87 mil toneladas por ano e produz uma média de 11 mil toneladas, segundo o último levantamento realizado em 2022. De forma percentual, o estado produz 13% do total consumido e compra 87% de vários outros estados do

país para conseguir suprir a demanda da população.

Apesar dos últimos dados disponíveis mostrarem que a produção local ainda está longe de conseguir suprir a demanda interna, algumas políticas estaduais de incentivo devem aumentar os números colhidos nas próximas safras.

Atualmente, a produção de arroz em Alagoas se concentra em municípios do Baixo São Francisco, na divisa com o estado de Sergipe. E em Igreja Nova, a Cooperativa Pindorama deu início a mais um empreendimento, com a aquisição de uma unidade de beneficiamento de arroz.

Segundo a engenheira agrônoma da Pindorama, Cleice Alves, a aquisição aconteceu em fevereiro de 2023 e os trabalhos tiveram início em maio do mesmo ano. A unidade recebe matéria prima de produtores de todo o Baixo São Francisco de ambos os estados, o que está fortalecendo o cultivo de arroz em perímetro irrigado na região.

“A unidade tem capacidade de estocagem de 4 mil toneladas e adquirimos o dobro para iniciar a produção. A capacidade de beneficiamento é de 70 toneladas ao dia e planejamos dobrar essa capacidade para as próximas safras. Hoje a Pindorama participa de todo o ciclo do manejo, desde o plantio até a comercialização, o que tem incentivado diversos produtores locais a investirem na rizicultura”, explicou Cleice.



Unidade no Baixo São Francisco beneficia 70 toneladas de arroz por dia. Foto: Cooperativa Pindorama

Na unidade, estão sendo beneficiados arroz branco dos tipos 1 e 2 e no último mês já foi possível sentir uma diferença na procura e comercialização, tudo por conta da tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul. “De certa forma, os produtores locais vão ser beneficiados, pois teremos mais procura pelo arroz feito no estado. É importante também ressaltar que com a entrada da Pindorama nesse

cenário, vamos atuar para o crescimento da cultura no Baixo São Francisco, ajudando os produtores com materiais de qualidade”, disse.

Pindorama inicia plantio de arroz na entressafra da cana

A experiência da unidade de beneficiamento em Igreja Nova está sendo levada para Coruripe, onde funciona a unidade de produção de cana-de-açúcar. Para aproveitar a entressafra e realizar a rotação de cultura no solo que recebe cana, foi iniciado o experimento com plantio de arroz.

A novidade tem motivado outros produtores da região a diversificarem suas plantações, o que favorece a agricultura alagoana. “Foram plantados no final de abril, no fim da safra da cana-de-açúcar, 10 hectares para entendermos o arroz de sequeiro e pretendemos colher em agosto cerca de 20 toneladas. É importante realizar essa rotação de plantação, pois não deixa o solo descoberto e vamos oferecer a nossos associados a experiência dessa nova cultura. Notamos também que aqueles produtores que tinham deixado de plantar arroz e investido na cana agora estão voltando para a rizicultura”, completa a engenheira agrônoma Cleice Alves.

Para o pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Antônio Santiago, as iniciativas para impulsionar o plantio de arroz no estado vão contribuir também para o fortalecimento da economia do estado. “O Baixo São Francisco tem muito a ganhar com os incentivos para o plantio de arroz e isso vai fortalecer a economia do estado e promover a diversificação da agricultura no estado, que abre espaço para outros alimentos, como mandioca, abacaxi e arroz, indo além da cana-de-açúcar”, explicou.



Incentivos estaduais têm impulsionado cultivo de arroz por produtores de Alagoas e Sergipe. Foto: Cooperativa Pindorama

Benefícios estaduais e linha de crédito do arroz

A cultura do arroz em Alagoas e Sergipe tem ganhado espaço e apoio das esferas públicas, no sentido de promover um ambiente favorável para o desenvolvimento dos produtores locais.

As secretarias de Agricultura de Alagoas e Sergipe se uniram para debater junto à Embrapa medidas de fortalecimento da rizicultura nos dois estados. Em março, uma missão técnica percorreu diversos municípios para conhecer a produção e tentar solucionar os gargalos para potencializar o que é produzido.

A Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve) lançou em outubro de 2023 uma linha de crédito específica para atender produtores de arroz. Segundo informações da Agência, 18 produtores dos municípios de Penedo, Porto Real do Colégio e Igreja Nova são beneficiados.

A linha de crédito possui taxa de 1,97% a.m., com prazo de sete meses para pagamento e valores de até R\$ 50 mil.

Chuvas no RS ainda não impactam abastecimento em AL

A situação caótica vivida por moradores do Rio Grande do Sul nas últimas semanas terá efeitos prolongados, sobretudo com impacto direto na economia local e nacional. Responsável por cerca de 70% de todo arroz consumido no Brasil, antes das chuvas, mais de 80% do total plantado já havia sido colhido, o que não deve causar desabastecimento imediato no país.

O presidente Lula tinha anunciado que importaria arroz de países da América do Sul para evitar o desabastecimento, mas o leilão para a compra de 104 mil toneladas de arroz que estava previsto para ocorrer esta semana (20) foi cancelado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Em diversos supermercados de Maceió, por exemplo, é possível notar avisos de controle de venda de pacotes por clientes. A Associação dos Supermercados de Alagoas (ASA) recomendou que os consumidores adotem o uso consciente e não façam estoques dos produtos.

“O setor supermercadista alagoano trabalha incansavelmente para garantir o abastecimento da população e não deveremos registrar a falta de quaisquer produtos”, disse.

A Associação de Comerciantes da Central de Abastecimento (Ceasa) também não prevê de imediato desabastecimento de outros alimentos que vêm do Rio Grande do Sul. Contudo, a perspectiva é que alguns produtos sofram aumento ou tenha algum comprometimento de abastecimento, devido a perda de lavouras e o aumento do valor do frete, pelos desvios das estradas interditadas. Com este cenário, a Ceasa informa que itens como maçã, cebola, alho e a Pêra importada da Argentina poderiam ser afetados, mas sem previsão concreta de ocorrer.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 28/05/2024

CORREDORES TURÍSTICOS DO RN TERÃO R\$ 128 MI EM OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO

Investimentos em rodovias importantes para o setor turístico fazem parte de pacote de R\$ 428 milhões

Por Luiz Filipe Freire



Lote voltado a destinos turísticos compreende 242,9 quilômetros. Foto: Carmen Felix/Governo do Rio Grande do Norte

O Governo do Rio Grande do Norte vai investir R\$ 128 milhões em obras viárias no estado. Os aportes serão destinados à restauração de 242,9 quilômetros de estradas que dão acesso a destinos turísticos, fomentando a economia local. A medida foi anunciada pela governadora Fátima Bezerra (PT) durante agenda no fim de semana em Goianinha, na Grande Natal.

Segundo o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), serão contemplados três distritos rodoviários situados na faixa litorânea e no Agreste do estado. Uma das obras de destaque será a da recuperação da RN-003, do entroncamento com a BR-101, em Goianinha, a Tibau do Sul, viabilizando o acesso à praia de Pipa, um dos destinos potiguares mais famosos.

Além dos 24 quilômetros desse trecho, também estão previstas obras nos 15,9 quilômetros da RN-221, que conecta a BR-101 a São Miguel do Gostoso, destino conhecido pelos ventos propícios à prática de esportes náuticos. Ainda no Litoral Sul, estará no pacote de intervenções viárias a RN-063, com seus 19 quilômetros entre Nísia Floresta e a praia de Barra de Tabatinga.

Na região de Nova Cruz, estão previstas obras na RN-023, na RN-092, na RN-093 e na RN-269, essa última, a rodovia que liga as cidades de Passa e Fica e Serra de São Bento. O tráfego também deve melhorar nas rodovias RN-051, entre a BR-406 e o município Poço Branco, e RN-403, em Macau, no trecho entre as comunidades Barreiros e Diego Lopes, um corredor turístico do Litoral Norte do estado. Por fim, a gestão estadual promete aportes na RN-312, entre Macaíba e Igreja Nova, com 12 quilômetros de extensão, e na rodovia de acesso entre a BR-101 e a região de Maracajaú, com total de oito quilômetros.

Anúncios para estradas do RN já somam R\$ 428 mi em três lotes

Os R\$ 128 milhões a serem destinados aos corredores turísticos fazem parte do terceiro lote de um pacote de obras em rodovias anunciado nas últimas semanas pelo Governo do Rio Grande do Norte. Em 3 de maio, foi lançado o Lote 1, com 210 quilômetros e R\$ 131 milhões em aportes, contemplando estradas situadas na região de Mossoró e Pau dos Ferros. Já no dia 9, foi assinada a ordem de serviço do Lote 2, com total de 301,5 quilômetros nas regiões do Seridó e Central e investimento de R\$ 132 milhões.

Ao todo, o pacote de restauração de rodovias potiguares já abrange quase 800 quilômetros nos sete distritos rodoviários do estado, totalizando R\$ 428 milhões em investimentos. De acordo com a gestão estadual, esses recursos são oriundos da primeira parcela do empréstimo contraído no âmbito do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF).

A governadora Fátima Bezerra destacou o potencial do investimento em estradas para o impulsionamento da economia. “A estrada é para as pessoas. Tem uma vocação que é para promover o desenvolvimento econômico, integrando as comunidades, integrando as regiões, e no caso do litoral, tem uma característica muito especial que é a vocação para o turismo”, afirmou, em comunicado divulgado à imprensa.

A gestora disse ainda que os três lotes já lançados ainda são uma etapa inicial dos investimentos e enfatiza o simbolismo dessa medida. “Não é pouca coisa, se você considerar que há 20, 30, 40 anos

não se fazia um investimento desse porte. Ouso afirmar que é o maior investimento já feito na recuperação das estradas do Rio Grande do Norte”, complementou a governadora.



Em todo o estado, quase 800 quilômetros de rodovias vão passar por obras de restauração. Foto: Carlos Costa/Governo do Rio Grande do Norte

Setor turístico fala em alento após 30 anos de espera por melhorias. Entidades ligadas ao turismo também celebraram os investimentos. A vice-presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do Rio Grande do Norte, Deca Bolonha, enfatizou que “o turismo é essa máquina que abrange todos os negócios” e que políticas públicas voltadas à infraestrutura destinada ao setor são importantes para potencializar essa atividade.

Já o presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens no Rio Grande do Norte (Abav-RN), Antônio Neto, disse que o turismo potiguar ficou “quase 30 anos esperando uma obra dessa magnitude”. “Muito importante que o Governo do Estado entenda a importância desses caminhos do turismo, e estamos falando de conectar mar, serra, sertão. Isso é a interiorização do turismo”, declarou.

Frentes de trabalho também beneficiam outras atividades econômicas

Nos lotes já autorizados, havia três frentes de trabalho em andamento na semana passada, e um quarto tem previsão de começar até a próxima sexta-feira (31). As obras incluem as rodovias estaduais no Seridó e no Oeste do estado, componentes do Lote 1, onde máquinas já realizam a fresagem dos pavimentos danificados. O serviço abarca a RN-117, entre Mossoró e Governador Rosado, a RN-015, de Mossoró a Baraúna, e a RN-288, de Jardim de Piranhas ao entroncamento com a BR-427.

A Estrada de Jardim de Piranhas, como é conhecida, por exemplo, é fundamental para o acesso ao polo têxtil da região, que se destaca pela produção de artigos de cama, mesa e banho, fio de linhas para costura, redes, bonés e peças de vestuário. Esse e outros 32 trechos rodoviários contemplados pelo atual pacote de obras devem ficar prontos até dezembro, prevê o governo.

Outra frente de trabalho importante para a economia local é a da reconstrução da RN-401, realizada por meio de uma parceria entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Guamaré e a 3R Petroleum, empresa que assumiu, no ano passado, as operações da Refinaria Clara Camarão, situada no município. De acordo com a gestão estadual, os serviços devem terminar em junho.

“Concluindo esses trechos, o estado se habilita a requerer a segunda parcela do empréstimo do PEF, contemplando as rodovias que não entraram nesta primeira fase. Inclusive, na segunda etapa, a gente planeja a implantação de novos trechos que são necessários, como a estrada de acesso ao Santuário de Irmã Lindalva, em Assu, um destino religioso importantíssimo”, explicou o secretário estadual de Infraestrutura, Gustavo Coelho.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 28/05/2024



Na próxima quarta-feira (29) às 9h, começa a primeira Ação Integrada Pnatrans na Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal em Palhoça (SC), BR 101, km 220. O objetivo do evento é promover a redução no número de sinistros e vítimas fatais no trânsito, conscientizando pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas e toda a sociedade.

O evento faz parte do Plano Nacional de Redução de Mortes no Trânsito-Pnatrans criado pela Lei 13.614 de 11/01/18. Todas as pessoas que trafegam na região serão convidadas a assistir palestras curtas e vídeos educativos. Também será realizada blitz para fiscalizar a situação dos motociclistas que passam pelo local.

A iniciativa é realizada de forma conjunta entre as três esferas do governo, com a participação da Secretaria Nacional dos Transportes (Senatran) do Ministério dos Transportes, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Departamento Nacional (DNIT), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e o Departamento de Trânsito de Santa Catarina (DETRAN/SC), contando ainda com o apoio das concessionárias locais.

Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa poderão cobrir o evento sem necessidade de credenciamento prévio.

SERVIÇO

O quê: Primeira Ação Integrada do Pnatrans

Quando: quarta-feira (29), a partir das 9h

Onde: Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal em Palhoça, Santa Catarina, BR 101, km 220.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 28/05/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A missão internacional que está sendo realizada na Espanha pelo diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, ao lado de outros executivos portuários brasileiros e sul-americanos, representa um passo importante para o fortalecimento e a modernização desse setor no Brasil. A agenda, que inclui encontros com dirigentes de importantes portos espanhóis, abre um caminho promissor para a troca de experiências e a absorção de inovações tecnológicas que podem impulsionar ainda mais a operação dos complexos marítimos.

O Porto de Santos, sendo o maior da América do Sul, já investe em tecnologias avançadas, como o sistema de monitoramento VTMISS (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações), na ampliação da capacidade ferroviária e no aprofundamento do canal. Essas iniciativas demonstram um comprometimento claro com a modernização e a eficiência. No entanto, a integração com portos internacionais potencializa ainda mais esses esforços, possibilitando a incorporação de práticas de sucesso e a adaptação de soluções tecnológicas de ponta que já são aplicadas em outros grandes complexos do mundo.

A colaboração com portos como os de Barcelona e Valência, conforme destacado na Agenda Misión Inversa Puertos Brasileños y Colombianos, facilita o compartilhamento de conhecimentos técnicos e operacionais. Esse intercâmbio não apenas enriquece a base de conhecimento dos gestores brasileiros, mas também promove a implementação de melhores práticas que podem resultar em maiores eficiência, segurança e sustentabilidade nas operações portuárias nacionais.



Além disso, a interação com as autoridades e empresas dos portos espanhóis pode abrir novas oportunidades de investimentos e parcerias comerciais. A Espanha, com sua longa tradição marítima e inovação em gestão portuária, oferece um modelo valioso para os portos brasileiros. Aprender com as experiências espanholas e adaptar suas estratégias de sucesso pode acelerar o processo de modernização e competitividade dos portos brasileiros, atraindo maiores investimentos internacionais e fomentando o comércio exterior.

É fundamental que o Brasil continue a buscar essa integração internacional, pois os benefícios vão além da simples modernização das infraestruturas portuárias. A troca de conhecimentos sobre inovações tecnológicas, sustentabilidade e eficiência operacional contribui para o desenvolvimento de um setor portuário mais robusto e resiliente. Isso é particularmente relevante em um cenário global onde a logística e o transporte marítimo desempenham papéis críticos na economia mundial.

Portanto, a iniciativa de Anderson Pomini e dos outros representantes dos portos brasileiros, de buscar essa integração e troca de experiências com portos internacionais, deve ser destacada e incentivada. Essa estratégia é essencial para assegurar que o Brasil se mantenha competitivo no cenário global, garantindo que seus portos operem com a máxima eficiência e inovação, beneficiando a economia nacional e fortalecendo a posição do País no comércio internacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PORTO CENTRAL ESTUDA IMPLANTAR UNIDADE DE RECICLAGEM DE NAVIOS

Reciclagem 1

O Porto Central – complexo portuário e industrial a ser implantado no Sul do Espírito Santo, na cidade de Presidente Kennedy – negocia a instalação de um estaleiro voltado à reciclagem e descomissionamento de navios. O projeto é objeto de um memorando de entendimentos (MoU, na sigla em inglês) firmado recentemente com a M.A.R.S., Europe A/S, subsidiária europeia da M.A.R.S., Inc, especializada em projetos complexos e referência nessas operações. O acordo prevê a realização de estudos para apurar a viabilidade e os potenciais benefícios de um projeto desse tipo na região.

Reciclagem 2

Com mais de 20 quilômetros quadrados, o Porto Central é planejado para ser um dos maiores complexos marítimos do País, podendo receber embarcações com calado de até 25 metros e movimentar diversos tipos de carga.

PORTA-AVIÕES DOS EUA LEVA DOAÇÕES AO RS

Apoio norte-americano 1

O porta-aviões nuclear George Washington, da Marinha dos Estados Unidos, participou dos esforços para ajudar no socorro às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Ontem, ele chegou à região trazendo 15 toneladas de doações, vindas de outros estados brasileiros. A embarcação militar não atracou no litoral gaúcho. O carregamento foi repassado em alto-mar, a 110 quilômetros da costa, para o navio-aeródromo multipropósito Atlântico, da Marinha do Brasil, em uma operação típica de guerra.

Apoio norte-americano 2

Os dois navios militares ficaram a cerca de 500 metros um do outro, enquanto as cargas eram levadas içadas por helicópteros.

CIDADES DA ESPANHA ESTUDAM RESTRINGIR ESCALAS DE NAVIOS DE CRUZEIROS

Espanha: restrição a cruzeiros 1

Cidades espanholas querem restringir a escala de meganavios de cruzeiros em seus portos a partir de 2026. A medida é discutida pela Prefeitura de Valência e pela Câmara de Barcelona. Autoridades dos dois municípios alegam que a restrição é necessária para controlar o número de pessoas que se aglomeram semanalmente em seus centros, causando superlotação e congestionamento. “As cidades flutuantes são ruins”, disse a prefeita de Valência, María José Catalá. “Estamos chegando ao limite.”

Espanha: restrição a cruzeiros 2

O prefeito de Barcelona, Jaume Collboni, chegou a dizer que não descarta o fechamento de alguns dos sete terminais da cidade e a limitação das chegadas de navios de cruzeiro. Ação semelhante já foi realizada em Amsterdã, Veneza e Maiorca.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2024

NACIONAL - GOVERNO ANUNCIA ENVIO DE 2 MILHÕES DE KG DE CARNE PARA O RS

Segundo o ministro da Agricultura e Pecuária, medida foi tomada após reunião de Lula com representantes do setor

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebnews.com.br



Segundo o ministro Carlos Fávaro, na reunião de Lula com representantes da indústria de proteína animal, também ficou acertado o envio 50 mil litros de leite longa vida ao RS. Foto: Ricardo Stuckert/PR

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, anunciou, na segunda-feira, 27, o envio de 2 milhões de quilos de carne para o Rio Grande do Sul. De acordo com ele, 50 mil litros de leite longa vida também serão enviados ao estado. Um grupo de trabalho vai gerenciar a entrega dos donativos ao povo gaúcho.

O anúncio foi feito após uma reunião com os representantes da indústria de proteína animal e exportadores de carne junto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Planalto. Os donativos vão ajudar a reforçar as cestas básicas doadas ao estado e as cozinhas solidárias no Rio Grande do Sul montadas por voluntários.

Nós precisamos fazer um mapeamento, não é um trabalho simplista. Quantas pessoas, quantas refeições, quais lugares e cidades, quem faz a logística, levantar isso tudo vai demorar um pouquinho, alguns dias, e essa associação vai nos ajudar a fazer”, afirmou Fávaro.

Estiveram presentes os representantes da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, Associação Brasileira de Proteína Animal, além da Associação Brasileira de Frigoríficos. Segundo o ministro, a rede será por tempo indeterminado.

“Vamos fazer essa rede, então, pelo tempo que for necessário para distribuir proteína de qualidade carne suína, bovina, de aves e ovos para a população do Rio Grande do Sul”, declarou Fávaro.

A princípio, o início das doações das associações vai atingir cerca de 590 cozinhas solidárias montadas no RS. “As doações estão acontecendo e, pelo volume disponibilizado, que é um volume bem grande, uma ou duas empresas que já disponibilizou pode pegar a rede das 590 cozinhas solidárias que já vai ter proteína nelas”, finalizou Fávaro.

Compra de arroz

Carlos Fávaro também afirmou que uma nova portaria interministerial deve ser publicada nesta terça-feira, 28, com as normas para a importação do arroz beneficiado pela Companhia Nacional de

Abastecimento (Conab). “Na sequência, deve sair o edital de leilão de arroz, em um a dois dias”, afirmou o ministro.

O quilo de arroz com a logomarca do Governo Federal vai custar R\$ 4 nos supermercados.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/05/2024

NACIONAL - ALERTA DE PERIGO NO RIO GRANDE DO SUL PARA CHUVAS E CICLONE

Cidade de Araraquara receberá investimento federal de R\$ 143 milhões após ter sido atingida por fortes chuvas em dezembro de 2022

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebnews.com.br

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), pediu que os moradores dos municípios da região leste do estado estejam em alerta para outra grande descarga pluviométrica e ventos de ciclone na segunda-feira (27).

“Essa região deve ter um volume de chuvas que, segundo a Sala de Situação, não vai ser responsável por forte elevação do nível dos rios ou do Guaíba, por exemplo. Mas municípios que já estão com seus sistemas de drenagem muito impactados, como é o caso da capital, Porto Alegre, e de municípios da região, podem ter transtornos significativos por conta da chuva que vamos ter nesta segunda-feira (27) e também em uma parte da terça-feira (28)”, detalhou Leite.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a previsão é de um volume de chuvas entre 50 e 100 milímetros por dia, além de ventos intensos que devem variar de 60 a 100 quilômetros por hora.

Para as cidades mais ao sul do estado, como Pelotas, São José do Norte, São Lourenço e Rio Grande, há um alerta para elevação dos níveis dos lagos e da Laguna, com possibilidade de ressaca nas regiões costeiras.

A orientação é para que a população evite áreas de risco e deslocamentos nas cidades devido aos possíveis cortes de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos, descargas elétricas e outros transtornos causados pelas chuvas, que podem afetar a infraestrutura urbana dos municípios.

Rodovias

Segundo o último boletim da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 64 trechos rodoviários estão com bloqueios totais e 36 pontos estão com restrições parciais, entre estradas, pontes e balsas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/05/2024

NACIONAL - COMEÇAM OPERAÇÕES NA BASE AÉREA DE CANOAS

Aeródromo militar receberá 35 voos semanais operados pelas principais aéreas brasileiras

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



A concessionária Fraport criou um terminal remoto no ParkShopping Canoas. De lá serão realizados obrigatoriamente o embarque e desembarque de passageiros na Base Aérea

Indicado como uma das principais rotas para atender os passageiros que precisam chegar ou deixar o Rio Grande do Sul, a Base Aérea de Canoas, localizada a cerca de 60 quilômetros de Porto Alegre, iniciou na segunda-feira, dia 27, a operação de voos comerciais.

A primeira aeronave, levando 173 viajantes, aterrissou no aeródromo militar por volta das 7h55 da manhã. Até o final deste mês estão previstos 20 pousos e decolagens na Base Aérea. Os voos são provenientes dos aeroportos de Congonhas e Guarulhos, ambos localizados em São Paulo.

A Base Aérea de Canoas é um dos nove aeródromos escolhidos pelo Governo Federal para receber parte dos voos que eram operados no Aeroporto Internacional Salgado Filho, na capital gaúcha, fechado no início deste mês em decorrência das enchentes que afetaram centenas de municípios do Estado. De acordo com a malha área emergencial criada pelo Ministério de Portos e Aeroportos, o aeródromo deve receber até 35 voos semanais, valor equivalente a 5 voos diários.

Até então, a Base Aérea de Canoas era utilizada apenas para operações militares. Durante o período que receber aeronaves comerciais, o espaço será administrado pela Fraport, concessionária do aeroporto Salgado Filho.

Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, comemorou o início dos voos na Base Aérea. “Acabou de pousar o primeiro voo da história no aeródromo de Canoas, que é nossa base aérea militar. Agora, a gente espera que possa ter cada vez mais voos comerciais chegando na cidade. Enquanto as operações no aeroporto de Porto Alegre estiverem interrompidas, vamos ampliar ainda mais os voos para atender as pessoas e retomar as atividades econômicas no Sul, movimentando a economia do Estado e ajudando na recuperação dos municípios”, ressaltou.

Operações e logística

Por se tratar de operações emergenciais, a concessionária Fraport adotou algumas medidas para viabilizar as operações comerciais. Uma delas foi criar um terminal remoto no ParkShopping Canoas. De lá serão realizados obrigatoriamente o embarque e desembarque de passageiros. O espaço está localizado no térreo do empreendimento, com acesso pela entrada B. O terminal conta com espaço para as companhias aéreas realizarem o processo de check-in, despacho de bagagem e embarque dos passageiros.

O passageiro deverá se apresentar no Terminal ParkShopping 3h antes do seu voo. Lá serão realizados os procedimentos de segurança, de acordo com as normas internacionais de aviação civil. O processo de embarque se encerrará 1h30 antes da operação. Após este período, não será possível acessar a sala de embarque.

A chegada até a Base Aérea será exclusiva para aqueles que realizaram os procedimentos de embarque no ParkShopping Canoas e somente com ônibus identificado pela Fraport Brasil. É importante ressaltar que os passageiros não devem se dirigir diretamente à Base Aérea.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/05/2024

BE NEWS - CONEXÃO SOPESP ESTREIA NESTA TERÇA-FEIRA NA TV BE NEWS

Programa reunirá profissionais vinculados ao Sindicato dos Operadores Portuários para discutirem as principais demandas e desafios do setor

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebenews.com.br



O Conexão Sopesp será apresentado pela jornalista Vanessa Martins, que estará sempre acompanhada do diretor executivo do sindicato dos operadores portuários, Ricardo Molitzas

Estreia nesta terça-feira (28), na TV BE News, o programa “Conexão Sopesp”, que reunirá profissionais vinculados ao Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo para discutirem as principais demandas e desafios do setor, além de divulgar trabalhos, projetos realizados pelas empresas e outras

questões sobre a atuação econômica e social dos portos.

A ideia é promover uma integração entre o trabalho das operadoras portuárias com o público. O programa irá ao ar todas às terças-feiras, às 19h30, após o BE News 19 horas. A apresentação será feita pela jornalista Vanessa Martins, sempre acompanhada do diretor executivo do Sopesp, Ricardo Moltzas.

Cada edição terá um convidado associado ao sindicato. O programa de estreia contará com a presença do presidente do Sopesp, Régis Prunzel, que irá falar sobre a história da entidade, investimentos na infraestrutura portuária e a importância da capacitação de mão de obra para o setor.

Fundado em 1993, o Sopesp defende os direitos e interesses dos operadores portuários, estabelecendo um diálogo entre os trabalhadores do porto, categorias empresariais, poder público, entre outras partes, visando promover os projetos de modernização dos portos brasileiros.

A atuação do sindicato é focada nos portos de Santos e São Sebastião, no litoral de São Paulo.

Para assistir à estreia, acesse o canal da emissora no YouTube (@tv_benews) ou o Portal BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2024

PORTO DE SANTOS - APS APRESENTA PLANOS DE EXPANSÃO EM MISSÃO NA ESPANHA

Além de Santos, encontro reúne outros portos brasileiros e também da Colômbia na Europa

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lira@redebenews.com.br



Anderson Pomini se reuniu com o presidente dos Portos do Estado Espanhol, Álvaro Rodriguez, que falou sobre as possibilidades de investimentos e intercâmbios entre portos do Brasil, da Espanha e da Colômbia (Foto: Divulgação)

O diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, iniciou nesta segunda-feira (27) uma missão internacional na Espanha, onde apresentará projetos no setor de inovação e expansão do complexo marítimo. A agenda internacional seguirá até o próximo dia 31 de maio.

Nesta segunda-feira, na capital Madri, Pomini se reuniu com o presidente dos Portos do Estado Espanhol, Álvaro Rodriguez, que falou sobre as possibilidades de investimentos e intercâmbios entre portos do Brasil, da Espanha e da Colômbia.

“O Porto de Santos investe no sistema de monitoramento VTMS, na ampliação da capacidade ferroviária, nos acessos perimetrais, no aprofundamento do canal e em outorgas que potencializam a característica multipropósito do nosso cais”, afirmou Pomini.

O encontro faz parte da Agenda Misión Inversa Puertos Brasileños Y Colombianos, que começou hoje (27/05) e reúne os dirigentes dos portos espanhóis, de Barcelona e Valência; e da Colômbia, de Cartagena, Santa Marta e Buenaventura.

Além de Santos, os portos brasileiros foram representados pelo presidente do Porto de São Sebastião (SP), Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio; pelo superintendente do Porto de Itajaí (SC), Fábio de Veiga; pelo superintendente de Gestão Estratégica da PortosRio, Luis Cesar Silveira da Fonseca Filho, e pelo diretor financeiro e administrativo da Portos do Paraná, Marcos Alfredo Bonoski.

Também participaram a Companhia de Portos Associados, a Câmara Marítima e Portuária, a Associação Nacional de Empresários da Colômbia e a Embaixada da Espanha na Colômbia.

Programação

A programação inclui visita técnica ao Porto de Barcelona nesta terça-feira (dia 28) com a apresentação dos planos estratégicos e de inovação. Na sequência, em Valência, na quarta-feira (dia 29), Pomini participará de mesa redonda sobre inovações portuárias e falará dos projetos neste sentido no Porto de Santos.

No dia 30, os integrantes da missão vão conhecer os sistemas de inovação tecnológica já aplicados no Porto de Valência em visita organizada pela Fundación ValenciaPort.

De volta a Madrid, no dia 31, o presidente do Porto de Santos fará palestra sobre os investimentos públicos e privados e as possibilidades de expansão do complexo santista para empresários espanhóis e colombianos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2024

REGIÃO SUDESTE - SANTOS PROMETE DEFENDER DESAPROPRIAÇÃO ZERO PARA OBRAS DO TÚNEL

Prefeito Rogério Santos afirmou que projeto da Dersa, de 2013, não será escolhido para o empreendimento

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebenews.com.br



O prefeito de Santos, Rogério Santos, foi uma das autoridades que compareceram ao encontro na noite de segunda-feira, promovido pela Associação Comunitária do Macuco. Foto: Cássio Lyra/BE News

Autoridades municipais e estaduais participaram na noite de segunda-feira (27) de um evento promovido por moradores do bairro Macuco em Santos, litoral de São Paulo, para atender pleitos referentes à construção do

túnel Santos-Guarujá, que vai conectar as duas cidades por debaixo do canal do Porto de Santos. No encontro, o prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), afirmou que o projeto final do empreendimento não contará com alto número de desapropriações.

O encontro foi promovido pela Associação Comunitária do Macuco, que convidou autoridades de diversas esferas para atender seus pedidos. Os moradores são contrários ao projeto da Dersa, de 2013, no qual estão previstas pelo menos 200 desapropriações em Santos.

Conforme explicou o prefeito, e que também foi mencionado durante a realização das três audiências públicas do futuro túnel, o projeto foi utilizado somente como base para o processo da licitação.

Segundo o prefeito, o município colocou premissas como menor quantidade de desapropriação, evitar a construção de viadutos e passagens de caminhões em perímetros urbanos.

“No processo que entregamos ao Governo do Estado nós colocamos essas premissas. Este material foi inserido e faz parte do processo de licitação do projeto. A licitação só será prosseguida se essas premissas forem colocadas no edital final. Faz parte de uma documentação registrada e essa é a garantia que temos”, comentou.

Rogério Santos destacou que o projeto da Dersa, antiga estatal do Governo de São Paulo que já foi extinta, é ultrapassado e que o empreendimento precisa se adaptar a novas realidades de engenharia e de necessidades dos municípios envolvidos.

A diretora da Companhia Paulista de Parcerias, Raquel França, representando o Governo de SP, disse que as manifestações dos moradores são importantes para serem inseridos no contrato com o futuro concessionário.

“Estamos fazendo esforços para que o projeto fique o melhor possível. Pretendemos publicar o edital no começo do ano que vem, para o leilão ser entre junho e julho. Essa parte é importante para reunir quais as diretrizes importantes para o bairro e colocar isso nos contratos”, analisou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI CONCLUI DIAGNÓSTICO DO SEU PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

Ideia é aplicar conceitos sustentáveis em toda a atividade portuária do cais maranhense

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br

O Porto do Itaqui, no Maranhão, concluiu a fase de diagnóstico de seu Plano de Descarbonização, que está sendo realizado em parceria com a Fundación Valenciaport, vinculada à autoridade portuária de Valência, na Espanha.

A Fundación Valenciaport é um centro de investigação reconhecido internacionalmente como organização líder nos temas de inovação e gestão aplicada à logística portuária. Desde a sua criação, já desenvolveu projetos em mais de 60 países, principalmente no Mediterrâneo, Europa, Ásia e América Latina



A fase de diagnóstico do Plano de Descarbonização no Porto do Itaqui envolveu o mapeamento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em todo o complexo portuário

Esta etapa envolveu o mapeamento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em todo o complexo portuário, abrangendo desde as operações portuárias até os diversos atores da comunidade do porto.

Os resultados do diagnóstico e as estratégias propostas para a segunda fase do plano de descarbonização foram apresentados na quinta-feira, dia 23, à diretoria da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), que administra o Porto do Itaqui. Em seguida, os representantes da Valenciaport estiveram com os operadores portuários e demais membros da comunidade portuária para compartilhar os resultados do diagnóstico e discutir as ações conjuntas para a aplicação do plano.

Segundo o presidente do Porto do Itaqui, Gilberto Lins, a conclusão da fase de diagnóstico representa um marco importante para o Porto do Itaqui. Ele explica que, com base em dados abrangentes, será possível traçar um caminho estratégico para reduzir significativamente as emissões de GEE no cais, construindo um futuro portuário mais verde e sustentável para as próximas gerações.

“Com esse plano, o Porto do Itaqui incentivará outros portos e empresas a promoverem a defesa do planeta e práticas ESG. Além disso, um porto comprometido com a redução de emissões torna suas cargas mais competitivas”, disse.

O diretor de planejamento e desenvolvimento do Porto do Itaqui, Bruno Mota, reforçou a importância de considerar todos os dados coletados. “Diversas áreas realizaram levantamentos, e o setor portuário não apenas planejou o aumento do potencial de movimentação, mas o fez com um foco no desenvolvimento sustentável de toda a região”, completou.

De acordo com o diretor do projeto da Fundação Valenciaport, Jonas Mendes Constante, a ideia é se aprofundar ainda mais nessa parceria com o cais maranhense nas próximas etapas. “Nos próximos meses, estaremos diretamente envolvidos na elaboração do plano, que inclui um conjunto de ações e investimentos”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/05/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA ESTÁ SUCATEADA, DIZ REPORTAGEM

Por João Paulo - 28/05/2024 10:20

A sede da defensoria pública da Bahia está sucateada. Segundo reportagem do Jornal Correio alguns defensores públicos do estado estão tendo que dividir gabinetes. Os defensores estão em greve desde o dia 15 de maio em busca da aprovação do projeto de lei que visa assegurar a carreira em simetria com outras carreiras jurídicas, os defensores públicos da Bahia têm lidado há muito tempo com outros problemas no que tange às condições de trabalho. Segundo eles, as estruturas estão sucateadas nas defensorias, que dispõem de pouco recurso humano para o volume de demandas e registram disputa até mesmo por espaço adequado para trabalhar.



Foto: divulgação portal

(<https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/defensoria-da-bahia-divulgacao-edital-de-concurso-com-18-vagas-iniciais-para-defensora-publica-inscricoes-comecam-dia-24-de-maio/>)

Nesta segunda-feira (27), defensores, assistidos e representantes da sociedade civil se reuniram na Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Sinpojud) para se manifestarem a favor da aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 154, que visa reestruturar a carreira de

membros da instituição. Essa é a principal reivindicação dos grevistas, que acreditam que por meio da lei é possível garantir a ampliação no número de defensores públicos e melhores estruturas.

Em Salvador, a defensora Barbara Mascarenhas, que atua na Vara da Família, conta que os defensores chegam a dividir gabinete para trabalhar. “Temos falta de estrutura. A defensoria não tem servidor no quadro e dividimos gabinete muitas vezes. Se tivéssemos mais estrutura e mais condição de trabalho, acredito que teríamos uma sociedade fortalecida e poderíamos ampliar o que já fazemos”, diz.

A necessidade de compartilhar a mesma sala de trabalho também é imposta à defensora pública Cláudia Ferraz, que atua na área de Direitos Humanos, com foco em Pessoas com Deficiência (PCD). Além da falta de espaço próprio, ela revela outros problemas que tornam as condições de trabalho precárias.

“Eu sou a única defensora que atuo especificamente na proteção à pessoa deficiente. Sou só eu e a estagiária de nível superior. Não tenho estagiário de nível médio, a impressora que tinha na minha sala foi retirada e eu divido a sala com outros colegas porque não existe estrutura. Não tenho servidor, então tenho que fazer absolutamente tudo: mandar e conferir ofícios, fazer visitas técnicas e realizar atendimentos, fazer os atendimentos iniciais e protocolar esses atendimentos. Por falta de estrutura de trabalho, deixamos de fazer mais”, desabafa.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 28/05/2024

EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA COSTA BRASILEIRA É ESSENCIAL, DIZ MAGDA

Por Victoria Isabel - 28/05/2024 08:40



(Agência Brasil) - Foto: Fernando Frazão/Agência Brasi

A nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, defendeu, nessa segunda-feira (27), que o avanço das atividades exploratórias na costa brasileira, incluindo a Margem Equatorial, é essencial para garantir a segurança energética do país e o abastecimento interno de combustíveis. Em sua primeira entrevista depois de tomar posse, ela comentou a situação envolvendo o plano de exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, que enfrenta resistência no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), de acordo com informações da Agência Brasil.

Magda mencionou o compromisso assumido pela empresa de zerar as emissões de carbono em 2050, alcançando assim o net zero, expressão que vem sendo adotada mundialmente. “O MMA precisa ser mais esclarecido sobre a necessidade do país e da Petrobras de explorar petróleo e gás até para liderar a transição energética. Tem muito investimento sendo feito na direção do net zero: projetos grandiosos de captura de CO2, produção de energia renovável e derivados e petróleo verdes, esforços na direção do hidrogênio. Vamos investir nessa diversidade de geração de energia”, afirmou.

No seu Plano Estratégico 2024-2028, a Petrobras previu investimentos de US\$ 3,1 bilhões para pesquisas na Margem Equatorial. A expectativa é perfurar 16 poços ao longo desses quatro anos. A exploração de petróleo na foz do Amazonas, no entanto, desperta preocupações de grupos ambientalistas, que veem risco de impactos à biodiversidade. Em maio do ano passado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), autarquia vinculada ao MMA, negou o pedido da Petrobras para realizar atividade de perfuração marítima do bloco FZA-M-59.

Fonte: *Bahia Economica*

Data: 28/05/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MAGDA CHAMBRIARD DÁ O TOM DE SUA GESTÃO NA PETROBRAS

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política

Por epbr 28 de maio de 2024 Em *Comece seu Dia, Mercado offshore, Petróleo e gás, Política energética*



Coletiva de imprensa com a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, em 27 de maio de 2024 (Foto: Agência Petrobras)

A nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, deu o tom de como será sua gestão à frente da estatal em sua primeira entrevista coletiva, nesta segunda-feira (27/5), na sede da empresa, no Rio de Janeiro.

A executiva disse que recebeu do presidente Lula (PT) a missão de gerir a empresa com “respeito à sociedade brasileira”, defendeu a exploração de novas fronteiras, mandou recado à área ambiental do governo, afirmou

que pretende continuar a “abrasileirar” os preços dos combustíveis e que vai dar “igualdade de oportunidades” aos fornecedores nacionais.

- “O Ministério do Meio Ambiente precisa ser mais esclarecido sobre a necessidade do país e da Petrobras de perfurar esses poços, de explorar petróleo e gás, até para liderar a transição energética”, disse Magda sobre a Margem Equatorial.
- “Para nós, é essencial repor reservas e isso significa que é essencial continuar explorando petróleo.”
- “Então esse abrasileiramento do preço dos combustíveis foi feito. Nós vamos seguir fazendo isso. Isso daí é uma heresia? Não. Isso daí está absolutamente dentro da lógica empresarial que pretende não apenas vender seu produto, mas garantir seu market share.”
- “Se tem lucro, tem dividendo. Nós queremos ter lucro, queremos ter dividendos.”
- “Todos os contratos (de exploração e produção de óleo e gás) têm a obrigação de igualdade de oportunidades a fornecedores nacionais e estrangeiros (...) vamos ter que honrar essa igualdade de oportunidades. E eu acredito que só nisso a gente já ajude significativamente a reforçar as cadeias de fornecedores brasileiros.”

Câmara debate mudança de critérios para cálculo dos royalties. A Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados realiza, nesta terça-feira (28/5), às 9h, audiência pública para discutir o PL 50/2024, do deputado Hugo Leal (PSD/RJ). O projeto estabelece que os critérios para o cálculo do valor dos royalties, atualmente definidos pelo preço de referência do petróleo, deverão levar em consideração os preços de mercado e as regras de preço de transferência – adotado em operações financeiras internacionais.

PPSA vai leiloar 33 milhões de barris de petróleo em julho. A Pré-Sal Petróleo publicou o edital do próximo leilão de petróleo da União produzido nos campos de Mero e Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. A estatal espera arrecadar cerca de R\$ 13 bilhões para o governo federal.

Acelen quer exportar SAF em 2027, diz Yuri Orse. O diretor da cadeia de renováveis da refinaria disse que a companhia planeja produzir um bilhão de litros por ano, com investimentos de mais de US\$ 3 bilhões, incluindo o cultivo de macaúba e a construção de uma planta de biorrefino. Ele falou ao estúdio epbr durante a ESG Energia e Negócios, promovida pelo Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), no Rio de Janeiro. Veja a íntegra.

Falta de vontade política dificulta integração do licenciamento, diz Andrea Vulcanis. A secretária de Meio Ambiente de Goiás falou sobre os desafios para uniformizar o licenciamento ambiental a nível nacional em entrevista ao estúdio epbr, nesta segunda (27/5), durante o evento ESG Energia e Negócios . Assista na íntegra.

Pobreza energética pode se agravar sem transição justa, diz Roberto Ardenghy. Fazer uma transição justa para além dos combustíveis fósseis é essencial para evitar um aumento da pobreza energética, disse o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) ao estúdio epbr, nesta segunda (27/5), durante a ESG Energia e Negócios, no Rio. Assista na íntegra acima.

Diálogos da Transição. O ministro Alexandre Silveira (PSD) defende discutir contrapartidas sociais para novas energias no Brasil. Ele destaca três eixos prioritários: redução do custo do financiamento, dimensão social na transição energética e combustíveis sustentáveis. Leia na epbr.

Chegou a hora de armazenar energia solar e eólica no Brasil? O setor elétrico brasileiro começa a adotar baterias para armazenar energia solar e eólica. A regulamentação do armazenamento deve ser definida até 2024, permitindo maior estabilidade na rede e aproveitamento das fontes renováveis. Empresas já testam tecnologias, visando reduzir custos e melhorar a eficiência. A epbr explica.

Coprocessado não precisa de mandato, diz Silveira. O ministro de Minas e Energia disse, nesta segunda (27/5), que a intenção da política do Combustível do Futuro, em discussão no Senado, é

incentivar novas indústrias e que a Petrobras tem “musculatura”, o que dispensa a necessidade de um mandato para o seu diesel coprocessado com óleos vegetais.

Minas Gerais deve construir hidrelétricas sem Cemig, diz vice-governador. O vice-governador mineiro, Mateus Simões (Novo), defendeu a construção de novas hidrelétricas sem a participação da estatal de energia. Ele argumenta que o estado precisa investir em fontes de energia próprias para garantir a segurança energética e atrair novos investimentos, independente das ações da empresa.

Demanda por eletricidade cresce mais de 10%. O consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 10,4% em abril, a maior alta desde novembro, devido ao calor atípico, alcançando uma média de 72.020 MW, segundo dados da CCEE, informou a Reuters. Normalmente, abril é marcado por frentes frias e menor consumo de energia.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/05/2024

GARGALO PARA RENOVÁVEIS, MINERAIS SÃO UMA NOVA CHANCE PARA PAÍSES DO SUL GLOBAL

ONU aponta que demanda crescente pelos minerais da transição pode ajudar economias de países ricos nesses recursos

Por Nayara Machado
Nayara Machado 24 de maio de 2024 - Atualizado em 28 de maio de 2024 Em Diálogos da Transição, Setor elétrico, Transição energética



Geração eólica e solar associadas em parceria da Anglo American e EDF Renewables (Foto: Divulgação)

Sem “políticas inteligentes” para mineração, países emergentes correm risco de perder o timing – e oportunidades econômicas – da transição energética, alerta um relatório das Nações Unidas sobre perspectivas para a economia global em 2024.

Quase 200 países se comprometeram com uma meta de triplicar a capacidade global de energia renovável até 2030 para cumprir as metas do Acordo de Paris. Essa corrida por novas instalações intensifica a exploração de minerais como lítio, cobalto, níquel e cobre. Um movimento que tende a elevar o consumo desses recursos de 20 a 40 vezes até 2050.

A ONU aponta que a demanda crescente pelos minerais da transição pode ajudar economias de países do Sul global ricas nesses recursos, a partir da atração de investimentos estrangeiros.

Mas para garantir que esses recursos se convertam em empregos e desenvolvimento local, será preciso aprender com a história e implementar políticas industriais e de inovação que busquem fortalecer o ambiente doméstico.

“Embora os recursos minerais possam impulsionar o crescimento econômico, criar empregos e erradicar a pobreza, tais resultados não podem ser considerados garantidos. Experiências anteriores de crescimento impulsionado pelo setor mineral frequentemente estiveram associadas a grandes perturbações sociais e comunitárias e a consequências ambientais”, alerta a organização.

Entre as recomendações do relatório estão o planejamento estratégico e a cooperação internacional, para estabelecer diretrizes e facilitar o financiamento e transferência de tecnologia, além de combater o garimpo ilegal.

“Diretrizes globais para indústrias extrativas, como aquelas sobre transparência, sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e engajamento das partes interessadas, podem servir como ponto de partida para estabelecer normas”, defende.



Financiamento para minerais críticos

O Brasil dá os primeiros passos em direção a essa nova economia.

Na quinta (23/5), durante audiência na Câmara dos Deputados sobre o assunto, secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Vitor Saback, disse que governo enxerga nos minerais críticos uma oportunidade de industrialização no país – do processamento químico desses minerais até o beneficiamento e uso na indústria de transformação.

Para isso, deve divulgar ainda neste semestre o Programa Mineração para a Energia Limpa, que prevê financiamento com ajuda do BNDES e Ministério da Fazenda, promoção internacional e desenvolvimento de tecnologias para o setor.

O BNDES também planeja lançar, na próxima semana, o edital para acesso ao Fundo de Minerais Estratégicos, que pretende captar no mercado até R\$1 bilhão para pequenas e médias empresas que atuam no setor de minerais críticos.

Da construção de novos parques à transmissão

O Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento publicou, no início da semana, uma resolução com as ações que compõem o Novo PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória. A lista traz os projetos do eixo de Transição Energética, com usinas geradoras e lotes de transmissão.

A advogada Paula Padilha, sócia da área de energia do Vieira Rezende Advogados, destaca que a transição energética também tem pela frente o desafio de viabilizar infraestrutura para escoar a nova eletricidade que será gerada nos projetos planejados para os próximos anos.

“Embora se associe frequentemente a transição energética à geração proveniente de fontes renováveis, no cenário brasileiro, o maior desafio do sistema elétrico, inclusive para as empresas geradoras de energia renovável, encontra-se na limitação do sistema de transmissão”, afirma.

“Muitas vezes, apesar da capacidade de geração, as empresas depararam-se com a restrição do escoamento da energia produzida. Assim, é de extrema necessidade que o Brasil desenvolva uma malha de transmissão mais robusta, capaz de absorver toda a energia gerada sem acarretar prejuízos aos geradores e, por conseguinte, aos consumidores”, completa Padilha.

Em 2023, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) já indicava que os gargalos no escoamento da geração elétrica, principalmente do Nordeste, não devem ser solucionados com os leilões de transmissão realizados pelo governo em 2023 e início de 2024.

Estudos preliminares apontam para a necessidade de uma expansão adicional, além do que já foi indicado, e é uma recomendação prioritária da estatal para o governo.

Um leilão de margem de escoamento pode ser uma das alternativas para mitigar as limitações do sistema no Nordeste – que convive com localidades onde ainda há sobras de capacidade de escoamento e outras que apresentam gargalos, defende a EPE.

Curtas

Eficiência energética para PMEs

O programa PotencializEE anunciou, nesta quinta (23/5), uma parceria com a agência de fomento Finep para uma linha de crédito voltada a pequenas e médias indústrias que façam parte da iniciativa de eficiência energética no segmento industrial. A intenção é permitir que essas empresas tenham acesso automático e simplificado ao Finep Inovacred, financiamento com taxa de juros atrelada à taxa referencial (TR).

SAF na Embraer

A fabricante de aeronaves Embraer anunciou um acordo com a distribuidora Avfuel para aumentar a utilização do combustível sustentável de aviação (SAF, em inglês) produzido pela Neste no Aeroporto Internacional de Melbourne Orlando (KMLB), na Flórida (EUA), para uma carga por semana. Serão entregues 8 mil galões (cerca de 30,2 mil litros) de SAF por trimestre. Veja detalhes

Regulação para carros voadores

A Anac colocou em consulta pública uma proposta regulatória para emissão de licenças e habilitações para aeronaves de decolagem e pouso vertical (VTOL, em inglês). A agência propõe a criação de uma nova categoria de licenças, a VCA, similar à da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (Easa). O texto abarca, ainda, os caminhos que deverão ser seguidos por profissionais já habilitados como piloto comercial de avião e helicóptero, assim como para candidatos sem experiência.

Parceria Abegás e CIBiogás

A Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) e o Centro Internacional de Energias Renováveis/Biogás (CIBiogás) firmaram um termo de cooperação para desenvolver o mercado de biometano. Um dos principais objetivos da parceria é produzir estudos e estratégias com ênfase na agenda de transição energética. Entre os pontos de interesse estão: conexão à rede de distribuição, interiorização da fonte e estímulos a novas aplicações nos segmentos industrial, automotivo e outros.

Artigos da semana

– Top five de fontes renováveis, Brasil oferece oportunidades para M&A País se destaca entre emergentes com mercados energéticos estruturados para transição, atraindo investimentos em renováveis, escreve André Fonseca

– A geografia está de volta Brasil desponta como potência na transição verde global, resgatando vantagens naturais para enfrentar desafios climáticos e geopolíticos, escreve Jorge Arbache

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/05/2024

BRASIL, O PAÍS DA ENERGIA LIMPA

Além de garantir segurança energética, SIN coloca o Brasil na vanguarda da transição para uma matriz elétrica mais sustentável, avalia Marcelo Ferreira

Por Opinião 28 de maio de 2024 Em Colunas e opinião, Setor elétrico, Transição energética



Marcelo Ferreira é CEO da Automa (Foto: Divulgação)

Quando viajamos de avião pelo Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo, lá estão os jatos da Embraer com suas fuselagens estampando as marcas mais respeitadas de companhias aéreas. Não há dúvidas que a fabricante brasileira de aviões, que já ocupa a terceira posição no mundo, é um motivo de muito orgulho para o Brasil, pela sua capacidade de desenvolver máquinas tão sofisticadas e por ser reconhecida mundialmente pela qualidade das suas aeronaves.

O que percebo, e que muitos brasileiros ainda não se deram conta, é que nós também fomos capazes de construir uma outra máquina fantástica, indiscutivelmente a mais cara e a maior que já fizemos, que também deveria merecer o reconhecimento e respeito global por ser uma das máquinas mais robustas e sustentáveis do seu gênero. Estou falando de uma máquina chamada SIN, Sistema Interligado Nacional.

O SIN é o sistema interligado de produção e transmissão de energia elétrica que atende a todas as regiões do Brasil, com exceção de algumas partes da região Norte.

Isso significa que ao ligar o seu carregador de celular em uma tomada na cidade de Curitiba, aquela energia, na verdade, está sendo produzida por milhares de usinas espalhadas por todo o país, incluindo possivelmente uma no seu telhado, que funcionam em perfeita sincronia e são conectadas até a sua casa por uma imensa rede de transmissão e distribuição de energia.

Tudo isso sendo operado por diversos agentes do setor elétrico sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

De tão grande e esparsa, não podemos ver essa máquina em sua totalidade, a não ser por meio de um mapa com a representação de todas as usinas e linhas de transmissão do SIN. Mas acredite, essa máquina existe e é gigantesca.

Matriz robusta, estruturada e renovável

O aspecto mais impressionante do SIN é que 88% da sua produção de energia provém de fontes renováveis, tornando-o o sistema elétrico de grande porte mais limpo do mundo. A predominância de hidrelétricas, que funcionam como gigantesca baterias naturais, permite a integração estável de fontes intermitentes, como a energia eólica e solar.

Nosso histórico de hidrelétricas também nos obrigou a construir grandes linhas de transmissão para levar a energia de onde ela é gerada até os centros de carga, diferente de muitos outros países que têm sua matriz energética dependente de origens térmicas ou nucleares, que já são construídas próximas aos grandes centros sem a necessidade de extensas linhas de transmissão.

O que torna ainda mais desafiador e caro trilhar o movimento de transição energética para fontes renováveis.

Assim como os aviões da Embraer são um símbolo do avanço tecnológico brasileiro, o SIN representa uma conquista igualmente grandiosa na área de energia. É um testemunho da capacidade do Brasil de inovar e liderar em setores críticos. Este sistema não apenas garante a segurança energética do país, mas também coloca o Brasil na vanguarda da transição para uma matriz energética mais sustentável.

Esta reflexão é um convite para que os brasileiros, sejam governantes, engenheiros, empresários, investidores ou qualquer outra classe profissional, celebrem e divulguem este feito. É hora de dizer ao mundo, com convicção, que somos o Brasil, o país da energia limpa. A conscientização e o reconhecimento dessa grandiosa realização podem inspirar novas gerações e fortalecer ainda mais nosso compromisso com a sustentabilidade e a inovação.

Marcelo Ferreira é CEO da Automa, empresa de soluções tecnológicas para operações no setor elétrico. Formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei), fundou a companhia em 2006 e desde então exerce sua liderança.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/05/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

MAGDA ACERTA EM DEFENDER EQUILÍBRIO DE INTERESSES DE ACIONISTAS, MAS MOSTRA NÃO ENTENDER PAPEL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Em sua primeira entrevista, nova presidente da Petrobras mostra autoconfiança numa gestão lucrativa para empresa e acerta em alguns pontos e desliza em outros

Por Miriam Leitão



Magda Chambriard, nova presidente da Petrobras, em sua primeira entrevista coletiva — Foto: Guito Moreto

A nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, falou ontem pela primeira vez, desde que foi indicada. Ela disse que gerir a empresa para dar lucro é fácil, e que quando viu as ações caírem após sua indicação pensou que era hora de comprar: "Vocês conhecem a minha história e conhecem a história da empresa. Somos top 10 em tudo. Qual a dúvida se tem sobre essa empresa, de que vai dar lucro?".

Magda acertou em dizer que é preciso conciliar o interesse do acionista majoritário e dos minoritários na direção do lucro que todos querem.

Sobre a polêmica da exploração de petróleo no mar da Amazônia, que eles chamam de Bacia da Foz do Amazonas, ela disse que o Ministério das Minas e Energia "está louco para perfurar". E acrescentou que o Ministério do Meio Ambiente precisa ser mais esclarecido sobre a necessidade de a Petrobras e do país explorarem petróleo e gás até para liderar a transição energética.

O Ministério do Meio Ambiente, no entanto, não precisa ser esclarecido sobre a necessidade de se explorar petróleo, porque isso não é assunto da pasta, e sim do Ministério das Minas e Energia. A preocupação do Ministério do Meio Ambiente é avaliar o risco ambiental e verificar se as regras, as exigências, as medidas de precaução estão sendo atendidas. O papel do MMA, como o nome diz, é defender o meio ambiente. O que a Petrobras precisa é comprovar que todas as precauções estão sendo seguidas para não causar riscos ao meio ambiente.

Na entrevista coletiva, Magda não descartou a recompra das refinarias que foram privatizadas na gestão de Jair Bolsonaro. "Por que não? A pergunta é: é um bom negócio?", questionou, afirmando que os técnicos terão que responder essa questão, mas reforçando que "o refino foi feito para agregar valor." É um fato, o refino foi feito para agregar e pode, sim, ser um bom negócio para empresa, mas será um bom negócio para o país ter de novo todas as refinarias estatais? Ou é melhor ter diferentes empresas atuando no segmento, algumas privadas, outras estatais, e promover competição?

Em um primeiro momento o Cade determinou que houvesse competição e por isso foram vendidas duas refinarias da Petrobras. Na última semana, o Cade deu outra orientação e autorizou a empresa a não vender refinarias que estavam anunciadas. Mas há uma lei geral da economia, que todos conhecem, de que monopólio não faz bem para a economia, é bom que haja competição.

Já sobre a distribuição dos dividendos, que foi o estopim da crise final entre Planalto e Jean Paul Prates, Magda não falou claramente qual é a sua posição. Ela disse, no entanto, que se tem lucro, tem dividendos e ressaltou, mais de um vez, que a Petrobras vai dar muito lucro. Quem sabe isso sinalize que ela seja a favor da distribuição dos dividendos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 28/05/2024

'INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INDÚSTRIA SERÁ MAIS LENTA DO QUE SE IMAGINA', DIZ CEO DA RADIX

Líder da companhia que desenvolve softwares customizados para outras empresas diz que executivos ainda não sabem como aplicar a IA no dia a dia das empresas para elevar a produtividade
Por Bruno Rosa — Rio

Presente em mais de 30 países e com cerca de 1.700 funcionários, a brasileira Radix, que atua na área de tecnologia desde 2010, pretende ampliar sua presença no exterior desenvolvendo soluções tecnológicas para diferentes indústrias.



João Carlos Chachamovitz, CEO da Radix — Foto: Divulgação

Em entrevista ao GLOBO, João Carlos Chachamovitz, CEO da companhia de engenharia e desenvolvimento de software, diz que seu plano é, até 2028, coroar a estratégia de diversificação elevando de 30% para 50% a parcela do faturamento (que deve totalizar R\$ 500 milhões neste ano) que vem de fora.

A principal demanda que ele vê surgir neste mercado é definir como introduzir a inteligência artificial (IA) na rotina das empresas. Segundo o executivo, muitos líderes sabem que a IA vai gerar aumento de produtividade, mas não exatamente como. ***Veja a seguir os principais trechos da entrevista.***



João Carlos Chachamovitz, CEO da Radix — Foto: Divulgação/Marcio Mercante

Como o senhor vê a busca das empresas por IA? Isso vem pautando o desenvolvimento de novas soluções e processos?

As empresas buscam produtividade. É isso que está em pauta. Os líderes das grandes empresas estão falando sobre o uso de inteligência artificial, mas o objetivo é aumentar a produtividade. E isso é uma combinação de pessoas, conhecimento do

negócio e tecnologias.

O importante é identificar oportunidades de melhorias na operação e ver o valor que será gerado. E, se possível, quantificar isso. Não é usar a tecnologia pela tecnologia. É usá-la pelo valor que será gerado. Por exemplo, a gente vai em uma indústria e vê que o problema não é o processo e sim o fato de os dados não estarem integrados.

Mas nessa busca por produtividade, as empresas já sabem qual é o melhor caminho?

Para aumentar a eficiência, é preciso melhorar os processos. E um dos temas que ganharam muita força é a inteligência artificial, que é uma mistura de hype com mudança disruptiva. Eu realmente acredito que a inteligência artificial vai mudar a maneira como empresas e pessoas trabalham. Muitos líderes sabem que a IA vai gerar aumento de produtividade, mas eles não sabem exatamente como. Está todo mundo muito inseguro sobre como usar essas soluções.

Você usar a inteligência artificial na pessoa física é uma coisa que a gente já está vendo. Está todo mundo usando ferramentas como o ChatGPT. Mas, quando a gente fala nas empresas, é uma coisa bem mais complexa porque é preciso trabalhar com segurança e risco.

Na indústria, o uso da tecnologia da inteligência artificial será mais lento do que as pessoas estão imaginando. Todo mundo acha que no mês que vem tudo já vai estar funcionando, mas é um processo lento. Primeiro, você captura os dados, depois gera confiança com as informações e ainda precisa organizar isso para gerar uma contextualização. Depois, saber onde vai ser usado e analisar os impactos nos processos.

E nesse contexto o maior desafio é definir os casos de uso. Isso significa entender quais as entregas de valor com as aplicações que usam a IA.

Mas há dificuldade em definir o uso de IA nas empresas?

Definir os casos de uso é o desafio. Nem todos os líderes sabem quais. O CEO fala que vai investir em inteligência artificial, que isso vai aumentar a produtividade da empresa e que é um dos três temas mais importantes da agenda, mas ainda existe uma indefinição em relação a como é que isso vai ser feito.



E além disso, há outro aspecto: como isso pode ser escalado em uma empresa com 40 fábricas distintas? Esse planejamento de implementação e definição é decisivo. Envolve conhecer o processo de engenharia e automação. Um ponto importante é priorizar, pois não vai dar para fazer tudo ao mesmo tempo.

E esse investimento em IA é elevado ou os preços já estão em queda?

A inteligência artificial consome muito dados, chip, software. Esse consumo é um fator limitante na implementação das tecnologias. Nos EUA, há um data center novo a cada dois dias. E data center consome energia. Ou seja, é caro e tem a limitação da disponibilidade.

Quando a gente fala sobre definir os casos de uso tem que levar em consideração isso também. Ter essa arquitetura de infraestrutura é fundamental. Se não tiver essa etapa bem feita, é como construir um prédio maravilhoso em cima de uma base frágil. Mas o que estamos vendo é que o aumento de produtividade justifica o investimento. Dentro da Radix, o uso da IA em diversas soluções já elevou a produtividade em 20%.

Mas as empresas já estão se arriscando?

Sim. Em uma petroquímica com mais de 40 unidades, a gente está implementando toda essa jornada e, agora, estamos criando os casos de uso, desde manutenção preditiva a otimização de processo. Em uma empresa de gás nos EUA, desenvolvemos uma ferramenta usando IA para estimar o volume de emissão e o que acontece se ocorrer alguma mudança operacional.

Quando você usa IA, você consegue trazer para o operador uma ferramenta que traz um conhecimento que é como se ele tivesse um consultor experiente ao lado naquela hora de tomar uma decisão. E isso facilita muito os projetos. Mas, para cada cliente, você tem vários casos de uso.

Estamos trabalhando para pelo menos 15 empresas. Todos estão falando, mas casos práticos são muito poucos. Está todo mundo esperando. O fato de as empresas não terem ainda segurança do que realmente querem é o maior limitador no momento. Não se trata da tecnologia, mas a maneira como ela é usada.

A mão de obra é um desafio?

É necessário equipe multidisciplinar, que tenha conhecimento da tecnologia e também do negócio. E isso não é tão simples. Por isso, temos uma Academia de formação interna com treinamento e aceleração de funcionários. O desafio é formar e capacitar as pessoas em tecnologias realmente novas. E ainda há a construção de uma cultura organizacional.

A Radix faturou R\$ 400 milhões no ano passado. Quais os planos para o futuro?

Nossa previsão é chegar a R\$ 500 milhões em 2024 e continuar crescendo de 20% a 25% nos próximos anos. No nosso plano estratégico até 2028, vamos ter 50% do nosso negócio sendo exportado. Temos o foco nos EUA, com clientes globais.

Nossa estratégia é trabalhar em todo o ciclo do negócio. Não queremos só fazer projetos. O desafio é continuar com esse crescimento para os próximos anos.

E por que ampliar para o exterior?

A gente começou a olhar o exterior porque no começo éramos muito focados no mercado brasileiro, principalmente de energia. E, ao perceber o risco de depender só de um mercado e de uma região, vimos que um caminho natural era ir para os EUA com empresas que atuam em diversos países. Hoje, atuamos em 30 nações.

Ainda temos 60% dos negócios em energia, mas estamos ampliando para outros setores, como agro, mineração, papel e celulose, além de áreas que não são industriais. A globalização foi nosso caminho. A gente não quis se globalizar como uma empresa que consegue fornecer mão de obra barata. E eu acho que isso é uma diferença grande. A gente quis se globalizar pela nossa tecnologia.

E quais os planos de investimento para crescer?



Temos analisado opções de investimentos em empresas. Pode ser algo que aconteça no futuro com empresas ou tecnologias que complementem e acelerem as nossas soluções. Não queremos fugir do que fazemos. Temos uma estrutura de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) na qual a gente desenvolve soluções e projetos usando verba da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional do Petróleo (ANP). Esse valor está entre R\$ 12 milhões e R\$ 15 milhões por ano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/05/2024

CONTAS DO GOVERNO TÊM SUPERÁVIT DE R\$ 11,1 BI; NÚMERO É O PIOR PARA O MÊS EM QUATRO ANOS

No ano, há superávit de R\$ 30,605 bilhões

Por Thaís Barcellos — Brasília

As contas do governo federal voltaram ao campo superavitário em abril. Dados do Tesouro Nacional divulgados nesta terça-feira mostram que houve um superávit (despesas maiores que receitas) de R\$ 11,082 bilhões no mês passado.

O resultado, contudo, é o mais baixo registrado para o mês desde 2020, quando houve déficit de R\$ 120,269 bilhões, conforme a série histórica do Tesouro Nacional, iniciada em 1997.

Em março, as contas do governo tiveram um déficit de R\$ 1,527 bilhão. Em 2023, o quarto mês do ano registrou superávit de R\$ 16,212 bilhões.

O superávit do mês ficou pior do que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava um superávit primário de R\$ 18,273 bilhões. Em abril, houve novo recorde da arrecadação federal de tributos, que somou R\$ 228,9 bilhões - o maior montante para o mês da série iniciada em 1995.

O resultado do governo foi puxado pelos números do Tesouro Nacional, que registrou superávit de R\$ 41,473 bilhões. O Banco Central teve resultado negativo de apenas R\$ 123 milhões. Já a Previdência Social mostrou déficit de R\$ 30,268 bilhões.

De acordo com o Ministério da Fazenda, descontada a inflação, houve um crescimento de 12,4% das despesas em abril ante igual mês de 2023. Enquanto isso, a receita líquida aumentou em 8,4%.

Em relação às despesas, o avanço decorreu principalmente dos gastos com benefícios previdenciários, que cresceram R\$ 11,7 bilhões ante o mesmo mês de 2023. Destes, R\$ 8 bilhões devem-se à antecipação do pagamento do 13º salário de aposentados, cuja primeira parcela este ano foi paga em abril. " Em 2023, o 13º salário da previdência social foi pago nos meses de maio, junho e julho, enquanto este ano será pago em abril, maio e junho", explicou o Tesouro.

Houve também elevação nos benefícios de prestação continuada, no valor de R\$ 1,5 bilhão, reflexo do aumento no número de beneficiários e da política de valorização real do salário mínimo, e crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais em R\$ 1,4 bilhão, em função principalmente de reajustes salariais concedidos ao funcionalismo público em 2023. Além disso, as despesas discricionárias subiram R\$ 2,2 bilhões.

No acumulado do ano até abril, o resultado é positivo em R\$ 30,605 bilhões. O resultado primário do governo central acumulado em 12 meses foi deficitário de R\$ 253,4 bilhões, equivalente a 2,23% do Produto Interno Bruto (PIB), o que é bastante influenciado pelo pagamento de precatórios.

Rio Grande do Sul

Na coletiva de imprensa para comentar os dados, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, comentou sobre a medida que deve ser publicada hoje para apoiar as grandes empresas no Rio Grande do Sul, estado que foi devastado por fortes enchentes. Segundo Ceron, será lançada uma linha de crédito para a grande indústria, a custo competitivo, mas que não demandará garantia, para

permitir a reconstrução das empresas e da atividade econômica do estado no segundo semestre. A linha para as grandes empresas fecha um pacote de crédito com as medidas já anunciadas para a agropecuária e os pequenos negócios.

--- É uma solução de fundo garantidor. São grupos que conseguem prover garantias, conseguem dar conforto para as instituições financeiras. Forma um leque de suporte que representa só em crédito mais de 10% do PIB do Rio Grande do Sul.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/05/2024

SÃO PAULO MOSTRA A BRASÍLIA COMO FAZER AJUSTE DE GASTOS

Enquanto governo Lula evita até falar em reduzir despesas, Tarcísio estabelece plano para gestão eficiente

Por Editorial



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas — Foto: Aloisio Mauricio/Fotoarena/10/04/2023

O plano do governo de São Paulo ainda é incipiente, mas o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) já merece crédito pela determinação em buscar maior eficiência nos gastos e na gestão pública. O contraste com as ações do governo federal não poderia ser maior. Em Brasília, muito se fala sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas. De concreto, porém, nada acontece. Em São Paulo, Tarcísio ordenou a

revisão de incentivos fiscais, contratos, despesas correntes, políticas de pessoal e a reestruturação das agências reguladoras. Como o plano ainda está em estágio embrionário e depende do Legislativo, é impossível prever se terá sucesso. É inegável, de todo modo, que é uma decisão sensata.

A máquina estatal brasileira, nos três níveis de governo, é pródiga em ineficiência. Incentivos fiscais são concedidos sem nenhum acompanhamento dos resultados. Quando dão errado, o desperdício continua, com variações da justificativa “sempre fizemos assim”. Algumas áreas do governo têm mais funcionários que o necessário, enquanto outras sofrem com escassez crônica. Agências reguladoras são capturadas por interesses políticos ou pelas empresas que deveriam vigiar. O resultado é uma burocracia cara, que entrega pouco ao contribuinte.

Por ordem de Tarcísio, todos os órgãos da administração direta no Estado de São Paulo terão 90 dias para apresentar um plano de redução de despesas e revisão de contratos. Em 30 dias, a Casa Civil precisará elaborar um anteprojeto para reestruturar as agências reguladoras, reforçando sua autonomia. Até dezembro, serão avaliados perto de 250 benefícios, equivalentes a R\$ 56 bilhões em incentivos fiscais de ICMS, resquícios da guerra fiscal. “Há benefícios dos anos 1990 que não fazem mais sentido, porque o mundo mudou, e a história industrial mudou”, diz o secretário da Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita. “Há os que ficaram anacrônicos e há também os que não respondem ao melhor interesse de São Paulo.”

No início do ano, o governo estadual examinou 64 incentivos baseados em convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que somavam R\$ 4 bilhões em renúncia fiscal. Desses, 23 foram cortados e seis renovados por poucos meses para que se tenha mais tempo de análise. Noutra frente, o decreto assinado por Tarcísio prevê a renegociação da dívida do estado com a União. A expectativa é uma redução de R\$ 4 bilhões na despesa anual, com a mudança do indexador. Pela regra atual, o montante é corrigido pela inflação mais 4%. Tarcísio defende inflação mais 2%. Pelas estimativas iniciais, a troca do indexador e as revisões dos incentivos poderão liberar algo em torno de R\$ 20 bilhões anuais para investimento.

Por certo, a máquina estatal paulista tem muita despesa inútil a cortar. O foco de quem busca a eficiência da gestão pública, porém, não deve ser meramente arrecadatário. É preciso avaliar, de modo objetivo, a eficácia de cada política. Por isso causa preocupação a proposta do governo paulista que permite corte no repasse anual à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), um dos pilares de programas de ciência e inovação no país. Sem dúvida o Brasil precisa de um Estado de São Paulo com uma máquina pública mais eficaz. Nesse ímpeto, Tarcísio só não pode jogar fora políticas públicas de resultado comprovado.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 28/05/2024

CONHEÇA A CIDADE QUE QUER CONSTRUIR UM 'PORTO SECO' NO INTERIOR DO PARANÁ

Objetivo é conectar infraestrutura à Nova Ferroeste, a fim de facilitar o escoamento da produção local de grãos, aves e suínos

Por *Carolina Mainardes, Em Globo Rural — Toledo, Paraná*



Plantações de milho junto ao local onde deve ser instalado o porto seco: é uma das atividades econômicas que serão beneficiadas — Foto: Theo Marques/divulgação

O município de Toledo, no oeste do Paraná, faz planos de instalar um porto multimodal junto à linha férrea da Nova Ferroeste, que passará pela região. O projeto prevê a atração de recursos privados para colocar a estrutura de pé.

A Associação Comercial e Empresarial de Toledo (Acit) está à frente do movimento para tirar a iniciativa do papel, com apoio de outras entidades.

O local estimado para o novo terminal fica próximo à saída para Assis Chateaubriand (PR), a poucos quilômetros do futuro trilho da Nova Ferroeste. O projeto deve acelerar o desenvolvimento econômico na região e reforçar as atividades de cooperativas, agroindústrias e indústrias que atuam na área, diz Cristiano Dall'Oglio da Rocha, presidente da Acit.

Símbolo do agronegócio

Caso de fato se torne realidade, a estrutura pode significar um novo salto para uma das cidades-símbolo do agronegócio paranaense. O Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBP) de Toledo se mantém, há uma década, como o mais alto do estado.

Em 2022, o VBP do município foi de R\$ 4,3 bilhões. As cadeias produtivas de suinocultura e avicultura lideraram a movimentação, com R\$ 1,75 bilhão (40% do total) e R\$ 1,3 bilhão (29,8%), respectivamente. Principais componentes da ração para frangos e porcos, os grãos também aparecem com destaque — milho e soja responderam por 11,6% e 4,5% em 2022, respectivamente.

— Estamos em uma região estratégica. Com o porto multimodal, vamos agregar valor à nossa produção e ao nosso potencial agrícola — diz Rocha.

Segundo ele, a presença de oito cooperativas agrícolas na região assegura a viabilidade do projeto. Rocha acredita que cada participante do projeto deverá investir em torno de R\$ 50 milhões para construir a infraestrutura necessária no novo terminal.

Para que essas empresas possam operar no local, elas precisarão erguer armazéns e silos, além de investir na conexão do terminal ao trilho da linha férrea. Entre as cooperativas agrícolas que atuam na região de Toledo estão Coamo, Coopavel, C. Vale, Frimesa, Copagrill, Cotriguaçu e Primato.

Ainda não se definiu o valor exato do investimento, mas estima-se que somente a área que deve receber o terminal, de 120 alqueires (ou cerca de 290 hectares), deva custar R\$ 40 milhões.

A Nova Ferroeste vai conectar o Porto de Paranaguá, no Paraná, a Maracaju, em Mato Grosso do Sul. O projeto deverá ser levado a leilão na Bolsa de Valores em 2025. O vencedor terá 99 anos para explorar a estrutura.

O investimento total na nova ferrovia deverá chegar a R\$ 35,8 bilhões. Ela vai ampliar e modernizar a atual Ferroeste, entre Cascavel e Guarapuava. Com extensão de 1.567 km de trilhos, a nova malha ferroviária ajudará no desenvolvimento econômico dos estados envolvidos (Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina), além de Paraguai e Argentina.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/05/2024

GOVERNO ARTICULA PARA MANTER VETO A DESPACHO GRATUITO DE BAGAGENS, MAS FALTA DE ACORDO PODE ADIAR ANÁLISE MAIS UMA VEZ

Apesar de ser de autoria do ex-presidente Jair Bolsonaro, há um entendimento do Ministério de Portos e Aeroportos favorável à medida, que está na pauta da sessão do Congresso

Por Camila Turtelli e Lauriberto Pompeu — Brasília



Plenário em dia de sessão do Congresso — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O governo articula para manter um veto feito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao despacho gratuito de bagagem nas viagens aéreas. O item está na pauta do Congresso Nacional, na sessão marcada para essa terça-feira, mas segundo parlamentares e integrantes do Palácio do Planalto a par da articulação, pode ser adiado mais uma vez por falta de acordo.

Há entendimento entre parlamentares da base e da oposição para manter a medida, porém, uma ala teme uma repercussão negativa entre seus eleitores, já que o despacho gratuito tem apelo popular.

Há 26 vetos na pauta desta terça, e o que trata sobre as bagagens é o segundo. O veto foi feito em junho de 2022, quando Bolsonaro decidiu barrar a volta do transporte gratuito da bagagem nos voos domésticos e internacionais. O benefício tinha sido incluído na votação da medida provisória (MP) que flexibiliza as regras da aviação civil, batizada de Voo Simples.

Uma resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), aprovada em dezembro de 2016, autorizou as companhias a cobrarem tarifas diferenciadas para despachar as malas dos passageiros. A gratuidade ficou restrita à bagagem de mão de até 10 quilos por passageiro, em dimensões definidas, conforme as cabines das aeronaves.

Já a emenda incorporada pelos parlamentares à MP proibia as companhias de cobrarem pelo transporte das malas de até 23 quilos nos voos domésticos e 30 quilos nos internacionais. Um dos principais argumentos dos políticos foi o aumento nos preços das passagens.

Atualmente, bagagens de 23 quilos em voos nacionais e 30 quilos nos voos internacionais são cobradas à parte, com um valor adicional ao da passagem. Cada empresa estabelece o critério de cobrança e as dimensões das malas.

O Ministério de Portos e Aeroportos quer manter o veto de Bolsonaro. O entendimento é que o despacho gratuito encarece o preço das passagens e faz com que muitos passageiros que não usam a franquia paguem por isso de forma desnecessária.

Apesar de regimentalmente esses vetos “trancarem a pauta”, só devem entrar em votação aqueles itens que forem acordados entre as lideranças do Congresso, o que ainda não foi definido.

Deputados e senadores podem manter ou derrubar as decisões presidenciais, alterando as leis já vigentes desde suas sanções.

Outros vetos que preocupam o governo na pauta:

- **Saidinha de presos:** proíbe as saídas temporárias de presos em datas comemorativas
- **Lei de Segurança Nacional:** impede a tipificação do crime de comunicação enganosa em massa (disseminação de fake news)
- **Calendário de emendas:** trecho da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) sobre a obrigação do governo em pagar emendas parlamentares no primeiro semestre do ano

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/05/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ECONOMIA VERDE: SAIBA QUAIS RISCOS AMEAÇAM O DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS LIGADAS À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Problemas fundiários e impactos ambientais estão entre os fatores que podem afugentar investidores no Brasil

Por Redação

A transição energética dá ao Brasil a chance de criar 6,4 milhões de empregos (o equivalente a 14,6% das vagas com carteira assinada) e aumentar o PIB em US\$ 100 bilhões, ou 4,7% do valor atual. Se não agir a tempo, porém, o País pode desperdiçar essa oportunidade.

No segmento de hidrogênio verde, por exemplo, o Brasil tem grande potencial para vender o combustível para outros países, principalmente os europeus. Usinas em escala comercial para fabricar o produto, no entanto, continuam no papel enquanto o setor privado negocia com o governo estímulos, como subsídios, para realizar os investimentos. A situação é semelhante em outros setores, como no de crédito de carbono.

Com a demora na regulamentação desses novos mercados, a pergunta que fica é: o Brasil vai conseguir ser protagonista global em economia verde?

Abaixo, conheça outros fatores que ameaçam a agenda verde brasileira.

Preço da energia para produzir hidrogênio verde

A energia é o maior custo de produção do hidrogênio verde, podendo chegar a 70% do total. Empresas que têm projetos para instalar plantas do combustível no País dizem que, se não houver algum incentivo por parte do governo para conseguirem reduzir esse custo, os empreendimentos não serão construídos. Segundo executivos do setor, no entanto, as conversas com o governo têm avançado nos últimos meses.

Há entraves também no exterior. Países que pretendem importar hidrogênio verde, como a Alemanha, terão de construir toda a infraestrutura para poder distribuir o produto em seu território.

Entenda os desafios desse novo mercado: Preço de energia e contratos de venda são desafios para usinas de hidrogênio verde saírem do papel.

Concorrência com subsídios americanos e europeus e o impacto na indústria de biocombustíveis. Apesar de o Brasil ser considerado um dos países com grande potencial para produzir combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), ainda não tem refinarias em construção. Para

realizarem os investimentos, empresas envolvidas na transição energética têm dito em Brasília que isso só poderá ser feito se houver concessão de subsídios.

Com os países ricos, principalmente os Estados Unidos, inundando suas economias com subsídios e financiamentos para projetos relacionados à energia limpa, de fato ficou mais difícil para uma empresa instalada no Brasil ser competitiva. Apenas o governo americano está oferecendo US\$ 369 bilhões (R\$ 1,8 trilhão) em incentivos para a energia limpa.

Conheça casos de empresários brasileiros desenvolvendo projetos fora do País atraídos por subsídios ou isenções fiscais: Brasileiros investem em projetos de combustível sustentável no exterior.

Questão fundiária, credibilidade e mercado de carbono

O problema fundiário na Amazônia é crônico e um dos principais entraves para o desenvolvimento de projetos de carbono na região. Nos últimos anos, foram parar na Justiça casos em que comunidades originárias afirmam que desenvolvedoras de projetos de carbono estão comercializando créditos gerados supostamente em territórios das comunidades sem o aval delas.

Houve também ocorrências de empresas desenvolvedoras de projetos que acabaram os cancelando por falta de realização de consulta prévia, livre e informada com moradores de terras indígenas. A Defensoria Pública do Pará apura se cinco empresas brasileiras e três estrangeiras usaram terras públicas griladas para lucrar com projetos de crédito de carbono.

Todas essas denúncias geraram uma crise de credibilidade no mercado de crédito voluntário, derrubando os preços dos créditos. Entenda o que está acontecendo: Mercado de carbono: questões fundiárias e disputas judiciais atrapalham crescimento na Amazônia.

Falta de pesquisa, risco ambiental e mineração

A transição energética vai elevar a demanda por minerais como cobre e lítio, e o Brasil pode fornecê-los ao mundo. O País, no entanto, precisa acelerar suas políticas para garantir que não perderá a oportunidade de exportar esses materiais e, assim, impulsionar sua economia. Hoje, uma importante parte do território brasileiro não foi sequer pesquisada, o que significa que pode haver reservas com potencial de exploração completamente desconhecidas. Saiba o que ameaça a exploração desse setor: Mineração: potencial do solo brasileiro ainda é desconhecido por falta de pesquisa.

Outro risco é a falta de cuidados para minimizar os impactos ambientais da atividade mineradora, o que pode afugentar investidores. Em relatório sobre o Brasil divulgado em 2023, o Banco Mundial afirmou que “práticas de mineração inteligentes em relação ao clima serão cruciais para a expansão sustentável do setor de minerais verdes do Brasil”. Entenda os riscos relacionados ao meio ambiente: Mineração na floresta expõe desafio brasileiro de conciliar desenvolvimento com preservação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/05/2024

DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO: A DOIS DIAS DO FIM DO DO PRAZO, 37% DAS EMPRESAS NÃO SE CADASTRARAM

Prazo termina nesta quinta-feira, 30; quem não se regularizar corre o risco de perder prazos processuais e estará sujeito a multa de 5% do valor da causa

Por Clayton Freitas

A dois dias do fim do prazo, cerca de 130 mil empresas de médio e grande porte ainda não se cadastraram no Domicílio Judicial Eletrônico, segundo balanço divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O número corresponde a 37% dos cerca de 350 CNPJs ativos. Desde o dia 1º de março deste ano, 226 mil empresas de médio e grande porte se registraram.

Quem não fizer o registro até o dia 30 de maio, será obrigado a fazê-lo de forma compulsória. Quem ainda assim não se cadastrar, corre o risco de perder prazos processuais e estará sujeito a multa de 5% do valor da causa.



Quem não fizer o registro no Domicílio Judicial Eletrônico até o dia 30 de maio, será obrigado a fazê-lo de forma compulsória; quem ainda assim não se cadastrar, corre o risco de perder prazos processuais e estará sujeito a multa de 5% do valor da causa Foto: Dida Sampaio/Estadão

O Domicílio Judicial Eletrônico foi criado em 2022 por meio de uma resolução do CNJ. Ele integra um programa maior, chamado Justiça 4.0, que pretende oferecer soluções digitais para centralizar as comunicações de processos dos tribunais brasileiros numa única plataforma.

A plataforma é gratuita facilita e tem o objetivo de agilizar as consultas para quem recebe e acompanha citações, intimações e demais comunicações enviadas pela Justiça. Esse sistema substitui o envio de cartas e a necessidade da presença dos oficiais de justiça para enviar os documentos.

O Domicílio Judicial Eletrônico facilita o trabalho de consulta. Hoje essa consulta é fragmentada e os acessos para obter as informações precisam ser feitos em mais de 90 tribunais diferentes. Com a plataforma, essa consulta é centralizada e pode ser feita em segundos.

“Para os tribunais, desde que o Domicílio Judicial Eletrônico iniciou seu funcionamento, há um ano, já foi possível constatar uma economia de 90% nos custos dos órgãos com envio das comunicações antes expedidas pelos Correios ou por visita de oficiais de justiça”, diz Adriano da Silva Araújo, juiz auxiliar da Presidência do CNJ e mentor do projeto, em nota emitida pelo órgão.

Além das empresas privadas, o cadastro passou a ser obrigatório para órgãos do governo federal, Estados, Distrito Federal, municípios e entidades da administração indireta e empresas públicas. A adesão tem ocorrido por etapas. Os primeiros a se cadastrarem em 2023 foram os mais de 9 mil bancos e instituições financeiras.

Como acessar e cadastrar

O acesso das empresas ao cadastro é feito pela plataforma do Domicílio Judicial Eletrônico, o <https://domicilio-eletronico.pdpj.jus.br>. Para se cadastrar é necessário por meio do certificado digital e CNPJ. Se o cadastro ainda não tiver sido feito, é necessário assinar um termo de adesão.

Na próxima página, será solicitado um e-mail pelo qual as comunicações serão feitas e, na próxima, dados da pessoa responsável pela empresa. É necessário preencher todos os campos. Se a empresa possuir filiais, é necessário adicioná-las. O CNJ produziu vários tutoriais para tirar dúvidas. Um deles é sobre como fazer o cadastro. **Confira abaixo.** <https://youtu.be/K3pN4af09Lc>



BRASIL DEVE CRESCER 2,5% AO ANO NO MÉDIO PRAZO, APÓS RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, DIZ FMI

Segundo o órgão, ritmo 'cuidadoso de relaxamento da política monetária' pelo BC tem sido 'adequado e compatível com o sistema de metas de inflação'

Por Redação

O crescimento da economia brasileira deve diminuir um pouco mais que o esperado no curto prazo, se recuperar posteriormente e alcançar 2,5% no médio prazo, afirmou o Fundo Monetário Internacional (FMI). A análise faz parte de um relatório anual do órgão a respeito da economia brasileira, conhecido como Artigo 4.

Segundo as estimativas mais recentes do fundo, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve crescer 2,1% neste ano — ou 0,1 ponto percentual a menos do que o estimado pelo FMI no mês passado, no relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês). Para 2025, no entanto, a estimativa aumentou em 0,3 ponto percentual, a 2,4%.

“Nos últimos dois anos, a economia brasileira demonstrou notável resiliência, com a inflação recuando para o intervalo da meta. O corpo técnico do FMI prevê que o crescimento modere no curto prazo, antes de se fortalecer e alcançar 2,5% no médio prazo”, afirmou o Fundo.

A avaliação do FMI é de que os riscos para as perspectivas de crescimento melhoraram desde o ano passado, e de que a reforma tributária, voltada à simplificação dos impostos, deve contribuir para melhorar a atividade econômica e a geração de emprego. No entanto, o fundo pondera que os efeitos macroeconômicos e fiscais adversos da calamidade das enchentes no Rio Grande do Sul “ainda são incertos”.



FMI elogiou iniciativas do governo federal para reduzir o déficit nas contas públicas, mas ressaltou que medidas precisam considerar também a redução de despesas Foto: Werther Santana/Estadão

“Um sistema financeiro sólido, reservas cambiais suficientes, a baixa dependência de endividamento em moeda estrangeira, as grandes reservas de caixa do governo e a taxa de câmbio flexível continuam a respaldar a resiliência do Brasil”, acrescentou.

Juros e inflação

As previsões do FMI para a inflação brasileira melhoraram. Se antes a estimativa era de alta de 4,1% do IPCA ao final deste ano, agora a projeção é de 3,7%, com a taxa convergindo à meta de 3% na primeira metade de 2026.

O fundo considera que o ritmo “cuidadoso de relaxamento da política monetária tem sido adequado e compatível com o sistema de metas de inflação”, e destacou que é prudente o Banco Central “manter a flexibilidade quanto ao ritmo e à duração do ciclo de redução dos juros”, tendo em vista que o mercado de trabalho segue aquecido e que as expectativas de inflação estão acima da meta.

O fundo também elogiou as iniciativas do governo federal para reduzir o déficit nas contas públicas, mas ressaltou que as medidas adotadas precisam considerar não apenas o aumento da arrecadação, mas também a redução de despesas.

“Eliminar renúncias tributárias ineficientes, ampliar a base tributária e enfrentar a rigidez dos gastos abririam espaço para políticas prioritárias e para responder a choques e, ao mesmo tempo, apoiar a sustentabilidade da dívida pública”, acrescentou.

“Para posicionar a dívida pública em uma trajetória firmemente descendente e abrir espaço para investimentos prioritários, o corpo técnico do FMI recomenda um esforço fiscal sustentado e mais ambicioso, apoiado por medidas que visem tanto a receita como a despesa e um marco fiscal reforçado”, afirmou o FMI.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/05/2024

GOVERNO FECHA ABRIL COM SUPERÁVIT DE R\$ 11 BILHÕES NAS CONTAS PÚBLICAS

No primeiro quadrimestre, saldo é de R\$ 30,6 bilhões; em 12 meses, déficit é de R\$ 253,4 bi, o equivalente a 2,23% do PIB

Por Fernanda Trisotto (Broadcast) e Amanda Pupo (Broadcast)

BRASÍLIA - As contas do governo fecharam no azul em abril. Segundo dados divulgados nesta terça-feira, 28, pelo Tesouro Nacional, o Governo Central registrou no mês um superávit primário (receitas menos despesas, excluindo o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$ 11,082 bilhões. O resultado sucedeu o déficit de R\$ 1,527 bilhões registrado em março.

O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - ficou um pouco abaixo das expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava para um superávit de R\$ 12,6 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast. No acumulado do ano até abril, o Governo Central registra superávit de R\$ 30,605 bilhões. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era positivo em R\$ 47,165 bilhões, em termos nominais.

Em abril, as receitas tiveram alta real de 7,8% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, houve alta real de 8,6%. Já as despesas subiram 12,4% em abril, já descontada a inflação. No acumulado do quadrimestre, a variação foi positiva em 12,6%.

De acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o crescimento das despesas nos primeiros quatro meses do ano é explicada em grande parte pelo pagamento dos precatórios e pela antecipação do pagamento do 13.º salário aos afetados pelo desastre no Rio Grande do Sul. Do avanço de R\$ 78 bilhões nas despesas, R\$ 38 bilhões se devem a essas duas medidas (R\$ 8 bilhões de antecipação e cerca de R\$ 30 bilhões pelos precatórios), disse.



Ceron chamou a atenção para o crescimento do déficit da Previdência
Foto: Wilton Junior/Estadão

O secretário também destacou o aumento do déficit do Regime Geral de Previdência Social entre abril do ano passado e abril deste ano, em R\$ 48,8 bilhões, que, segundo ele, decorre do efeito conjunto do aumento de R\$ 85,3 bilhões dos benefícios previdenciários e da elevação de R\$ 36,4 bilhões da arrecadação líquida do RGPS. “Vem em processo de crescimento esse resultado negativo”, apontou Ceron, segundo

quem o governo tem buscando um diagnóstico “claro” da dinâmica de crescimento da Previdência para conduzir esses gastos a um patamar sustentável.

Por outro lado, o secretário destacou o forte avanço real das receitas. Segundo Ceron, é uma alta bem espalhada entre as rubricas. “Em especial IPI, Cofins, PIS/Pasep, com crescimento forte”, disse.

Acumulado negativo

Apesar do número positivo no quadrimestre, no acumulado em 12 meses até abril o Governo Central apresenta um déficit de R\$ 253,4 bilhões, equivalente a 2,23% do PIB. Desde janeiro de 2024, o Tesouro passou a informar a relação entre o volume de despesas sobre o PIB, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos. No acumulado dos últimos 12 meses até

abril, as despesas obrigatórias somaram 18,4% em relação ao PIB, enquanto as discricionárias (que podem ser remanejadas) do Executivo alcançaram 1,7% em relação ao PIB no mesmo período.

Para 2024, o governo persegue duas metas. Uma é a de resultado primário, que deve ser neutro (0% do PIB), permitindo uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. O limite seria um déficit de até R\$ 28,8 bilhões. A outra é de limite de despesas, que é fixo em R\$ 2,089 trilhões neste ano.

No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em maio, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um resultado deficitário de R\$ 14,5 bilhões nas contas deste ano, equivalentes a 0,1% do PIB.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/05/2024

RAÍZEN APOSTA NO POTENCIAL DA CANA PARA IMPULSIONAR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A companhia assume protagonismo na busca por um futuro sustentável, apostando na versatilidade da cana-de-açúcar para acelerar a descarbonização

Por Raízen e Estadão Blue Studio

As crises climáticas observadas pelo mundo evidenciam a necessidade de soluções eficientes e viáveis para acelerar a transição energética no planeta. A emissão de gases de efeito estufa, responsável pelo aumento da temperatura que causa alterações no clima, é resultado da queima de combustíveis derivados do petróleo (gasolina e diesel) e carvão. Para descarbonizar o planeta, é essencial oferecer alternativas sustentáveis e renováveis para substituir o uso de fontes de energia poluentes.

Em 2024, os efeitos das alterações climáticas já se fizeram sentir de maneira profunda, especialmente no Brasil. No Rio Grande do Sul, desde abril, o excesso de chuvas fez centenas de vítimas e deixou milhares de desabrigados, além de comprometer a produção agropecuária e impactar a economia geral. A Confederação Nacional dos Municípios estima que o prejuízo do Estado ultrapasse os R\$ 10 bilhões. Enquanto isso, no Centro-Oeste, o IBGE calcula que a safra de grãos será 5% menor do que a anterior, devido à falta de chuvas.

Assumindo o protagonismo na busca por um futuro sustentável, a Raízen aposta na versatilidade da cana-de-açúcar e na economia circular para impulsionar a transição energética no mundo. Uma pesquisa da Embrapa, Unicamp e Agroicone revelou que a própria lavoura da cana tem papel importante na captura de gás carbônico: nos últimos 20 anos, a cultura sequestrou cerca de 200 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera. É, ainda, a maior fonte de energia renovável no Brasil, respondendo por cerca de 15,4% da energia nacional, segundo o Balanço Energético Nacional (BEN).



Pioneira no desenvolvimento de Etanol de Segunda Geração, a Raízen alavancou a produção do biocombustível globalmente
Foto: Divulgação/Raízen

Graças à evolução tecnológica, a cultura da cana não é considerada um vetor de desmatamento no Brasil. Sua área de cultivo corresponde a cerca de 1,2% do território nacional, sendo suficiente para que a produção brasileira lidere a exportação de açúcar mundialmente. O reaproveitamento dos resíduos da fabricação do alimento

e também do etanol permite obter outros combustíveis, renováveis e eficientes, para viabilizar a descarbonização de setores em que sua operação é mais complexa – como o marítimo e a aviação, uma das maiores responsáveis pela emissão de gás carbônico. É o caso do Etanol de Segunda Geração (E2G), do biogás, do biometano e da biomassa.



Produtora de etanol, açúcar e derivados da cana, a Raízen possui uma das maiores operações agrícolas do mundo, com 1,3 milhão de hectares de área cultivada. Com uma receita líquida de R\$ 220,5 bilhões (23/24), a empresa tem como foco oferecer soluções de energia sustentáveis, combinando reaproveitamento e inovação. Sua estratégia, marcada pelo investimento em tecnologia proprietária, torna possível minimizar os impactos ambientais e maximizar o uso de sua matéria-prima. Foi assim com o desenvolvimento do Etanol de Segunda Geração (E2G), combustível com uma das menores pegadas de carbono: 30% a menos que a do etanol convencional, que por sua vez já é 80% menor que a da gasolina brasileira. Por ser um dos combustíveis com menor índice de emissão de gás carbônico na atmosfera, é considerado uma fonte de energia limpa.

Solução brasileira

Conhecido também como E2G ou etanol celulósico, o produto se destaca como solução brasileira para promover a redução dos níveis de emissão de gases de efeito estufa no País e no exterior, com potencial para gerar impacto positivo em todo o planeta. Pioneira, no mundo, no desenvolvimento da tecnologia, fabricação e comercialização de Etanol de Segunda Geração, a Raízen alavancou a produção do biocombustível globalmente. Trata-se de um produto sustentável desde a origem, por ter como matéria-prima os resíduos empregados para gerar açúcar e álcool nas próprias fábricas da corporação. Empregando o princípio de reaproveitamento da economia circular, sua geração não depende da ampliação da área de cultivo de cana.

“Nossos biocombustíveis têm um potencial gigantesco. Começando pelo etanol de primeira geração, que hoje está certificado para a produção de combustível sustentável de aviação e participando de estudos para produção de hidrogênio renovável. Já o nosso E2G abastece os carros das principais categorias de automobilismo do mundo e é exportado para grandes empresas de energia que precisam descarbonizar a sua matriz. Além disso, o etanol tem potencial também em setores diversos, como o farmacêutico e cosmético”, ressalta o CEO, Ricardo Mussa.

Somente no ano-safra 23/24, a Raízen estabeleceu um recorde ao produzir 36 milhões de litros de Etanol de Segunda Geração, tornando-se a única empresa a comercializar o produto em escala industrial. Por causa de suas características, o biocombustível despertou interesse do mercado internacional, tendo a demanda concentrada na Europa e nos Estados Unidos. Atualmente, 80% da produção futura de E2G da Raízen já está comercializada e a expectativa da empresa é de chegar a uma capacidade de produção de 1,6 bilhão de litros nos próximos anos.

Protagonismo

A empresa elegeu o Etanol de Segunda Geração como protagonista da transição energética não apenas pela capacidade de viabilizar a redução da dependência de combustíveis fósseis, mas também por seu potencial para aquecer as exportações e os investimentos no setor – conforme apontou um relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No Brasil, o PL 5.147/23, que visa financiar projetos de desenvolvimento sustentável (por meio de fundos lastreados por créditos tributários), é uma boa notícia para investidores.

Por ser resultado da combinação de reaproveitamento de resíduos com otimização do processo produtivo, o E2G da Raízen se coloca como alternativa em um mercado que passou a utilizar a medida como métrica para agregar valor, a partir de políticas de incentivo que estabelecem premiação monetária.

No último dia 24, foi inaugurada a mais nova planta de Etanol de Segunda Geração da Raízen – a maior do mundo –, na cidade de Guariba (SP). Fruto de um investimento de R\$ 1,2 bilhão, o Parque de Bioenergia Bonfim tem capacidade de produção de 82 milhões de litros de E2G por ano e já está com a maior parte do seu volume contratada.

“É um orgulho imenso vermos a construção dessa nova planta que reforça o papel de protagonista do Brasil no tema da transição energética”, finaliza Mussa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/05/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

CONGRESSO ADIA DE NOVO ANÁLISE SOBRE VETO À GRATUIDADE DE BAGAGENS EM VOOS

Decisão sobre cobrança para despachar malas foi tomada por Bolsonaro em 2022 e está pendente de análise pelos parlamentares

Por Caetano Tonet, Julia Lindner e Raphael Di Cunto, Valor — Brasília



Família com bagagem no aeroporto de Duesseldorf, Alemanha — Foto: Jonas Guettler/dpa via AP

O Congresso Nacional adiou novamente a discussão sobre o veto à gratuidade no despacho de bagagens em voos. O assunto estava na pauta da sessão desta terça-feira (28) com outros vetos presidenciais, mas foi adiado por um acordo entre os líderes partidários (embora a Constituição determine que fosse votado em 30 dias ou trancaria a pauta de votações).

O veto foi feito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2022, mas aguarda há dois anos a deliberação de senadores e deputados. As companhias aéreas defendem a cobrança como forma de reduzir o custo das passagens para quem não pretende levar tanta bagagem, mas parte dos parlamentares afirma que não houve a redução nos preços prevista pelas empresas com a medida.

No próprio governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) há divergências internas. Parte do governo, como os Ministérios do Turismo e dos Portos e Aeroportos, defende a cobrança como forma de atrair empresas com tarifas mais baixas, as chamadas low cost, para o país. Já a ala política acredita que a gratuidade é um sinal com potencial de melhorar a imagem do Executivo junto aos usuários.

Também foi adiada a deliberação sobre o veto do Minha Casa Minha Vida que obrigava as distribuidoras a comprar o excedente de energia produzida pelos painéis solares instalados nas casas do programa.

Além disso, serão adiados outros seis vetos: aos dispositivos das leis de autocontrole agropecuário; de gestão de florestas públicas para a produção sustentável; de regularização fundiária na Amazônia; à nova lei de licitações, de flexibilização no registro de agrotóxicos e de trechos da Lei Geral do Esporte.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/05/2024

ARCELORMITTAL IMPLEMENTA EXPANSÃO COM PROGRAMA DE R\$ 25 BI

Maior produtora de aço no país reafirma compromisso de investimentos com projetos de ampliação e gestão alinhada à agenda ESG

Por ArcelorMittal



Integração bem-sucedida da Unidade do Pecém à ArcelorMittal Brasil foi concluída em março de 2023 — Foto: Divulgação

Desde que anunciou um investimento de R\$ 25 bilhões da companhia no Brasil até 2026, a ArcelorMittal vem avançando em sua estratégia de crescimento com sustentabilidade. O programa de investimentos, considerado o maior em curso do setor siderúrgico no país, é

direcionado à expansão e modernização das unidades produtoras de aço e minério de ferro, e para a ampliação do portfólio de produtos de maior valor agregado. Uma das metas já alcançadas e que valida a eficiência da estratégia é a conclusão do processo de integração da Unidade do Pecém, no Ceará, que teve aporte de R\$ 11,2 bilhões. Com a contribuição de uma capacidade produtiva de milhões de toneladas por ano dessa unidade, a companhia conseguiu incrementar a produção em 2023, elevando para 14,8 milhões de toneladas de aço, um aumento de 16,5% em relação a 2022.

PLANO DE EXPANSÃO		Capacidade de produção anual
• Unidade Monlevade: investimento de R\$ 4 bi. O projeto compreende expansão da sinterização, alto-forno e aciaria.		▶ Aumento de 1,2Mt para 2,2Mt
• Mina do Andrade: fornecimento de minério de ferro para Monlevade		▶ Aumento de 1,5Mt para 3,5Mt
• Mina de Serra Azul: investimento de R\$ 2 bi em nova planta de produção de pellet feed		▶ Aumento de 1,6Mt para 4,5Mt
• Unidade de Vega: investimento de R\$ 1,9 bi para iniciar uma nova linha combinada de produção de aços laminados a frio e revestidos exclusivos, sob a marca Magnelis®		▶ Ampliação de 1,6Mt para 2,2Mt
• Unidade de Barra Mansa: investimento de R\$ 1,3 bi para ampliar o portfólio de produtos e soluções voltados aos mercados automotivo, de energia e construção civil		▶ Elevação em 500.000t , com ampliação do portfólio
• Unidade de Sabará: investimento de R\$ 144 mi para aumentar a produção e adaptar a planta para a fabricação de produtos de alto valor agregado para a indústria automotiva		▶ Aumento em 35% de trefilados

— Foto: Arte G.Lab

Maior produtora no país e líder mundial, a ArcelorMittal responde por 42% do total do aço produzido nacionalmente em suas unidades industriais presentes em oito estados, além de redes de distribuição em diversas regiões. E a projeção é de seguir ampliando essa fatia de mercado. “Há perspectiva de aumento do consumo do aço, uma vez que no Brasil há uma enorme oportunidade de investimentos em infraestrutura, saneamento, estradas, portos, aeroportos, parques industriais, dentre outros”, afirma Jefferson De Paula, presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM.

“Mantemos nosso ritmo de investimentos para que nossas plantas no Brasil continuem sendo referência mundial em performance, segurança e sustentabilidade”, aponta De Paula.

Foco em inovação

A estratégia está pautada em inovação e também no pioneirismo em várias frentes: “Fomos a primeira empresa na América Latina a ter um processo de produção do aço integrado, a produzir carvão vegetal a partir de fontes renováveis, a lançar um e-commerce para venda de aço no Brasil e a inaugurar o primeiro hub de inovação aberta do setor no mundo, o Açolab”, destaca o CEO.



Criado há cinco anos, o espaço colaborativo que incentiva o desenvolvimento de soluções transformadoras se conectou a mais de 25 mil agentes do ecossistema de inovação aberta do país. Os projetos acelerados permeiam a cadeia do negócio, da produção até a venda do aço. Em 2021, a empresa criou o Açolab Ventures, um corporate venture capital (CVC) com recursos para investimentos em startups e pequenas e médias empresas inovadoras. Até o momento, seis startups ligadas à cadeia do aço receberam investimentos, seguindo o conceito de “smart money”, pelo qual, mais do que aportes financeiros, são aportados também recursos estratégicos da ArcelorMittal para alavancar os resultados.

Ao todo, serão desembolsados, até 2029, mais de R\$ 100 milhões, e a meta é alcançar entre dez e 15 empresas. O Grupo ArcelorMittal ainda possui globalmente 14 unidades de Centro de Pesquisa e Desenvolvimento com mais de 1.700 pesquisadores que fomentam parcerias inovadoras com a iniciativa privada e os poderes públicos locais. No Brasil, o Centro fica na unidade de Tubarão e atende às demandas do negócio em desenvolvimento de produtos, de processos e de aplicações. A companhia ainda conta com uma empresa própria de tecnologia, a ArcelorMittal Sistemas, fundada há 35 anos, e com o Centro de Excelência em Analytics, braço com foco em inteligência artificial e robótica.

No ano passado, a ArcelorMittal conquistou o reconhecimento de líder do setor no desenvolvimento de inovações junto a startups, segundo o Ranking Top 100 Open Corps. A empresa mantém, ainda, o Programa iNO.VC, com foco em transformação digital, atuando em parceria com startups, universidades, centros de pesquisa, dentre outros.

Agenda ESG

Conectada com o esforço global de descarbonização, a companhia tem meta de ser carbono neutro até 2050, sendo que até 2030 deverá reduzir as emissões em 25%. Uma das alavancas para esse objetivo é abastecer todas as unidades com 100% de energia limpa (o ano de 2023 fechou com 61% de autogeração e 39% de compra de energia elétrica de matriz de geração limpa). Para tanto, formalizou uma joint venture com a Casa dos Ventos para construir, na Bahia, um dos maiores parques eólicos do Brasil, com investimento de R\$ 4,2 bilhões.

A capacidade de produção será de 553,5MW, devendo abastecer com energia limpa cerca de 40% do consumo elétrico da empresa no país. E, em relação ao portfólio, desde 2022 a ArcelorMittal inclui produtos com baixa pegada de carbono, como o vergalhão X-Carb. Na produção são usados 100% de material reciclado e 100% de energia renovável, garantindo a redução de emissões de CO2 (ordem de 60%) em relação aos vergalhões tradicionais da empresa.

Nessa jornada, a companhia é a primeira das Américas a obter o ResponsibleSteel, certificação internacional que avalia quais empresas estão comprometidas com resultados socioambientais responsáveis na indústria do aço. “O grupo tem como propósito criar aços inteligentes para as pessoas e o planeta. Isso significa que, junto com os nossos empregados e parceiros, buscamos inspirar e criar soluções em aço que beneficiem a indústria e a sociedade, atuando sempre com qualidade, inovação, sustentabilidade e inclusão”, afirma De Paula.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/05/2024

NÍVEL DO GUAÍBA SEGUE ABAIXO DOS 4 METROS, COM PREVISÃO DE DECLÍNIO

Lago atingiu, às 6h15 desta terça-feira, o nível de 3,71 metros no cais Mauá, onde a cota de inundação é de 3 metros

Por Folhapress — São Paulo

O nível da água no lago Guaíba, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS), segue abaixo dos 4 metros nesta terça-feira (28). Chegou a 3,71 metros às 6h15 no cais Mauá, onde a cota de inundação é de 3 metros. Acompanhe a cobertura do Valor sobre as chuvas no Rio Grande do Sul

Segundo o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a previsão atual indica recessão da cheia, com níveis ainda elevados, mas em declínio lento nos próximos dias.



— Foto: Gilvan Rocha/Agência Brasil

Oscilações podem ocorrer devido a entrada de ventos, elevando os níveis do Guaíba temporariamente durante o processo de descida.

Na madrugada desta terça-feira foi aberto para o trânsito o terceiro corredor humanitário em Porto Alegre. O corredor é um acesso alternativo à saída da capital. O trecho, de 300 metros, fica na avenida Assis Brasil, entre a Fiergs e a Freeway, no

bairro Sarandi, zona norte da cidade.

A abertura do corredor permite que caminhões que saem da zona norte possam usar a avenida Assis Brasil para deixar a cidade, sem a necessidade de deslocamento até o centro para seguir para o litoral e outros estados.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/05/2024

REDES 4G E 5G PRIVATIVAS VIABILIZAM USO DE IOT EM LARGA ESCALA

No Brasil, já há 25 autorizações para utilização da frequência exclusiva de 3,7 GHz

Por Carmen Nery — Para o Valor, de São Paulo



Linha de produção do KitKat na fábrica da Nestlé em Caçapava (SP), que usa rede privativa 5G para comandar robô autônomo que transporta waffers — Foto: Divulgação

As redes privadas 4G e 5G estão permitindo a empresas de setores altamente competitivos colocar em prática projetos de inovação, como “massive IoT” (internet das coisas em larga escala), realidades virtual e aumentada, veículos autônomos, gêmeo digital e indústria 4.0. De acordo com a Global mobile Suppliers Association (GSA), 77 países e 1.384 empresas implantaram ao

menos uma rede privada até dezembro de 2023. Manufatura, educação e mineração são os três setores mais avançados.

No Brasil, dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) revelam que já há 25 autorizações para redes privadas na frequência exclusiva de 3,7 GHz, enquanto a consultoria Teleco lista 40 projetos de redes privadas em diferentes bandas.

Alexandre Gomes, diretor de marketing da Embratel, diz que as redes privadas tornaram-se importante vertente de negócios para a empresa. “Há casos de sucesso e provas de conceito com a Gerdau, a Nestlé, o Porto de Suape, o Hospital Albert Einstein e o Banco do Brasil”, enumera Gomes.

A Nestlé conclui, em junho, a expansão do projeto, que ocupa uma área de 2.000 m², da planta dedicada à produção do chocolate KitKat, na fábrica de Caçapava, interior de São Paulo. Trata-se de uma rede privada 5G Standalone fornecida pela Embratel /Claro com equipamentos Ericsson.

“As aplicações atuais incluem o AGV [automated guided vehicle], um robô autônomo usado para transportar para a linha de produção waffers que vão no KitKat”, diz Gustavo Moura, gerente de automação e transformação digital da Nestlé. Outra aplicação usa a velocidade da rede 5G para

ampliar a qualidade e a renderização de imagens em treinamento sinestésico com óculos de realidade virtual.



Gustavo Moura, da Nestlé: "Utilizamos óculos de realidade aumentada para supervisão da produção" — Foto: Divulgação

"Também utilizamos óculos de realidade aumentada para supervisão da produção. O operador consegue ver no virtual a temperatura do chocolate ou quantos moldes estão passando no momento. Com a rede 5G, conseguimos criar uma realidade mista devido à baixa latência", explica Moura. O próximo passo é usar IoT em massa e usar computação na nuvem com virtualização de algumas aplicações aproveitando a baixa latência do 5G.

O projeto da Gerdau foi iniciado com rede 4,5 G na maior planta da siderúrgica, em Ouro Branco (MG). Em janeiro, migrou para o 5G a fim de acelerar o projeto de indústria 4.0. São cinco torres privadas usando a frequência de 3,7 GHz, exclusiva para redes privadas. "Tivemos uma outorga da Anatel para uma das primeiras redes privadas, e a nossa está totalmente operacional, iluminando uma área de 8,5 milhões de m²", diz Gustavo França, diretor global de TI e digital da Gerdau. Além de resolver a comunicação básica, que era precária, o 5G habilitou cases de indústria 4.0.

"Temos câmeras com 5G e 'video analytics' monitorando o processo produtivo. Usamos carboxímetros conectados, equipamentos de segurança pessoal que medem se há vazamento de gás ou se o colaborador entrou em zona de risco", conta o diretor da Gerdau.

Na logística, não é mais necessário ter pessoas para contagem e localização de produtos, agora feitas com coletores conectados ao 5G que leem o código de barras dos itens. "Há ainda mais de 900 ativos conectados, usando sensores IoT, monitorando velocidade, consumo de combustível e geolocalização. Na ferrovia de 90 quilômetros, estamos testando sensores para monitoramento e manutenção preditiva", elenca França.

Ele destaca que a rede da fábrica de Ouro Branco virou um grande backbone 5G privado para todo o grupo. Outras unidades podem acessá-la por meio da rede pública com o recurso APN (access point network).

Paulo Humberto Gouvêa, diretor de soluções corporativas da TIM Brasil, destaca que a operadora tem forte presença do agro em projetos pioneiros como o da Usina São Martinho. Na logística o destaque é a rede 5G da BTP, terminal de contêineres do porto de Santos. Com a montadora Stellantis, a rede 5G é utilizada no processo de identificação de modelos na planta de Goiana (PE) com "core" dedicado e "edge computing".

"São Martinho usa redes públicas e privadas 4G e 5G. A BTP é mais avançada porque tinha benchmark global. No Brasil, a empresa é 50% menos eficiente por carregar um navio em 24 horas, ante 16 em outras operações. Eles têm essa referência mundial e um planejamento para a rede 5G que vai trazer eficiência", diz Gouvêa.



Diego Aguiar, da Vivo: suporte à transformação digital da Petrobras e da Vale — Foto: Divulgação

Na Vivo, dois dos cases divulgados pela empresa são referências globais: Petrobras e Vale. Diego Aguiar, diretor de IoT e big data da Vivo, diz que a empresa deve anunciar um terceiro grande projeto. Na Petrobras, são dezenas de unidades onshore e offshore - plataformas, refinarias, embarcações - atendidas pela rede 4G. "A rede alavanca diversas iniciativas de

transformação digital da Petrobras, pavimentando o caminho para futuras operações com 5G”, afirma Aguiar.

Na Vale, há projetos de automação das minas de Carajás (PA) e de São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) para o uso de perfuratrizes e caminhões autônomos. Nos 980 quilômetros da ferrovia Carajás, foram instaladas 49 novas torres de telefonia e houve ativação de sinal em outras 27 torres já instaladas, beneficiando também a população do entorno.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/05/2024

REFORMA TRIBUTÁRIA PODE ENCARECER OS SERVIÇOS

Segundo previsão, carga sobre o setor de telecomunicações ultrapassaria os 30%, considerando o futuro IVA e as contribuições obrigatórias aos fundos de fiscalização

Por Luiz Maciel — Para o Valor, de São Paulo



Coscione: classes D e E do Norte e Nordeste seriam as mais prejudicadas — Foto: Divulgação

As mudanças previstas no texto-base da reforma tributária vão encarecer ainda mais os serviços de telecomunicações, na contramão da meta de inclusão digital tão desejada pelo governo, advertem representantes do setor. “Nossa expectativa é que o Congresso faça as correções necessárias para evitar um aumento real na carga de impostos, porque esse acréscimo terá de ser repassado para o consumidor final”, afirma Marcos Ferrari, presidente da Conexis Brasil Digital, entidade que reúne as empresas de

telecom.

Segundo o executivo, a carga tributária do setor de telecomunicações poderia ultrapassar os 30%, considerando a incidência do futuro IVA (Imposto sobre Valor Agregado, estimado em 26,5%, na soma das novas alíquotas federais, estaduais e municipais que serão introduzidas) e o que as empresas destinam obrigatoriamente aos cinco fundos setoriais responsáveis pela fiscalização dos serviços e apoio ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações.

Uma solução, sugere Ferrari, seria compartilhar o abastecimento desses fundos - que representam cerca de 4% do faturamento das empresas de telecom - com outros setores da economia. Em 2023, informa um relatório da Conexis, pouco mais de R\$ 5 bilhões foram destinados a esses fundos. O acumulado desde 2001 chega à estratosférica cifra de R\$ 246,8 bilhões, dos quais “mais de 90% não foram utilizados no setor”, destaca o documento.

Para a advogada Milene Coscione, especialista em telecom do escritório Machado Meyer, o setor certamente não perderá seu papel de grande pagador de impostos, mas deverá receber alguma contrapartida na regulamentação da reforma para não ser ainda mais onerado. “A própria Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] está preocupada com isso, porque o aumento de tarifas vai contra a ação social pretendida com a arrecadação tributária nas telecomunicações. Os consumidores das classes D e E das regiões Norte e Nordeste seriam os mais prejudicados”, afirma Coscione.

Para resolver esse impasse, tributaristas apontam saídas como a devolução de boa parte dos impostos pagos por consumidores digitais de baixa renda, a redução (em torno de 60%) nas alíquotas de serviços de educação e saúde executados remotamente e a inclusão do setor de telecom entre os beneficiados com isenção de impostos federais em obras de infraestrutura - vantagem já oferecida às áreas de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

“Há casos pontuais também a considerar, como a tributação dos canais de streaming, que hoje é de 16,6% e pode subir dez pontos percentuais, e da TV a cabo, que perderá a redução de ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] em alguns casos. São aumentos que pegarão

o consumidor na veia e merecem ser evitados com medidas compensatórias”, nota Camila Galvão, da área tributária do Machado Meyer.

Apesar das atenções concentradas na possibilidade de aumento real da carga tributária no setor de telecom, Galvão não deixa de reconhecer as vantagens da transparência e da simplificação das novas regras de arrecadação de impostos. “A reforma vai unificar a cobrança em toda a cadeia, acabando com a insegurança jurídica que existe hoje por causa das várias alíquotas que incidem sobre o que é considerado serviço de telecomunicação propriamente dito, ou a serviço de valor agregado ou a aluguel de equipamento, por exemplo”, afirma.

Outra vantagem da reforma, na visão dela, é a ampla concessão de créditos tributários para evitar a reincidência de cobranças em transações continuadas. “Isso evitará impacto no custo das operações digitais ao longo da cadeia, o que sem dúvida é um avanço. Em certos casos, porém, o consumidor final continuará sendo penalizado se não houver algum tipo de mitigação”, ressalva.

Marcos Ferrari, da Conexis, também destaca a simplificação da reforma como positiva, mas faz restrições a alguns quesitos que suscitam dúvidas de interpretação. “Não há uma definição clara sobre o destino do serviço efetuado, onde serão cobrados os impostos, porque ele muitas vezes é pulverizado. A reforma diz que o endereço prioritário é aquele informado pelo consumidor, mas quem vai fiscalizar isso? Nós é que não queremos ser responsáveis por essa comprovação”, avisa.

Além disso, o presidente da Conexis enfatiza que não basta à reforma tributária simplificar o pagamento de impostos. “Sempre fomos favoráveis a um sistema mais simples, mas não podemos perder de vista a justiça tributária. A reforma deve ser justa para todos os setores, o que não está acontecendo no nosso caso. Afinal, a carga de impostos do Brasil para o setor de telecomunicações já é uma das mais altas do mundo, perdendo só para Bangladesh e Paquistão”, compara Ferrari.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/05/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PORTOSRIO MODERNIZA GESTÃO PORTUÁRIA COM NOVO SISTEMA INFORMATIZADO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/05/2024 - 20:55



A PortosRio anunciou a contratação de um novo sistema informatizado para modernizar a gestão de seus portos, com investimentos na ordem de R\$ 6,5 milhões, por meio de um processo licitatório realizado em 2023. Este sistema foi desenvolvido para gerenciar de forma integrada todo o processo portuário, desde o pedido de uso da infraestrutura, passando pela operação, até o faturamento.

Nos dias 27 e 28 deste mês, a PortosRio realizou apresentações nos auditórios dos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, respectivamente, para os clientes que utilizarão o novo sistema. Durante os encontros, arrendatários, agentes marítimos e operadores portuários foram informados sobre os treinamentos que serão realizados no próximo mês de julho e a entrada em produção do sistema em setembro.

O novo sistema inclui funcionalidades e integrações com outros sistemas como o Porto Sem Papel (PSP) e Siscarga com o objetivo de otimizar os processos, torná-los mais transparentes e evitar a redundância de trabalho nas inserções de informações. A PortosRio reforça seu compromisso com a inovação e a eficiência, visando sempre a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade portuária e à sociedade.

Com a implantação deste novo sistema, a autoridade portuária espera alcançar a modernização do processo de operação portuária e a obtenção de dados de agentes e sistemas externos de maneira integrada, eliminando a redigitação de informações. Além disso, o sistema visa agilizar a comunicação e troca de informações entre setores da companhia, como faturamento, operação portuária, contratos e controle de mercadorias.

Outros objetivos incluem a obtenção de informações gerenciais de maneira rápida e eficiente, e o uso de ferramentas ágeis de prestação de contas e fornecimento de informações integradas eletronicamente com intervenientes governamentais (Receita Federal, Antaq, entre outros). A disponibilização de informações para a comunidade portuária e a sociedade também é uma meta, assim como a melhoria da performance operacional em termos de custo, tempo e qualidade. Por fim, a PortosRio espera otimizar tarefas e alocação de recursos, por meio da eliminação de passos desnecessários e automação de procedimentos manuais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/05/2024

PETROBRAS CONTRATA SEATRIUM PARA CONSTRUÇÃO DE DOIS FPSO POR US\$ 8,15 BILHÕES

Da Redação OFFSHORE 28/05/2024 - 20:54



A Petrobras contratou a Seatrium Limited, com sede em Singapura, para o fornecimento de duas unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSO), que serão implantadas em seus campos no pré-sal da Bacia de Santos.

Após uma licitação internacional, a Petrobras, atuando como operadora dos consórcios Atapu e Sepia, concedeu dois contratos de nova construção, avaliados em aproximadamente US\$ 8,15 bilhões, à Seatrium para a construção dos FPSOs P-84 e P-85. O player baseado em Singapura destaca que esses FPSOs serão implantados nos campos de Atapu e Sépia, na parte leste da Bacia de Santos, a aproximadamente 200 quilômetros da costa do Rio de Janeiro.

As duas plataformas serão parte da nova geração de unidades da Petrobras, caracterizada por uma alta capacidade de produção que prioriza práticas sustentáveis com novas tecnologias. Cada uma delas deverá ter capacidade de produção de 225 mil barris de petróleo por dia e capacidade de processamento de gás de 10 milhões de metros cúbicos por dia.

Chris Ong, CEO da Seatrium, comentou: "Estamos honrados por sermos selecionados pela Petrobras através de um rigoroso processo de licitação para fornecer os navios FPSO P-84 e P-85, solidificando nossa posição como parceiro preferencial para projetos transformadores. Através do modelo de entrega One Seatrium, estamos integrados globalmente para fornecer soluções econômicas e de valor agregado aos nossos estimados clientes".

Ambos os FPSOs incorporarão tecnologias para controlar emissões e capturar CO₂, incluindo um conceito totalmente elétrico, que se concentra na geração eficiente de energia e no aumento da eficiência energética para alcançar uma redução de 30% na intensidade das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

De acordo com a empresa sediada em Singapura, espera-se que estas características melhorem a eficiência operacional e reduzam o impacto ambiental. A fase de construção dos FPSOs está prevista para começar no primeiro trimestre de 2025, com a entrega final prevista para 2029.

As instalações da Seatrium no Brasil, China e Singapura serão encarregadas de fabricar os módulos, pesando 60 mil toneladas métricas, com o casco terceirizado e as acomodações transportadas para Singapura para integração e comissionamento do módulo topside. Após a integração e

comissionamento em Singapura, os FPSOs serão rebocados para os campos de Atapu e Sépia para comissionamento offshore.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/05/2024

PPSA FECHA 2023 COM LUCRO E ARRECADAÇÃO RECORDE

Da Redação OFFSHORE 28/05/2024 - 20:54



A Pré-Sal Petróleo (PPSA) encerrou 2023 com uma arrecadação recorde de R\$ 6,02 bilhões (28% acima de 2022), lucro de R\$ 34 milhões e R\$ 181,6 milhões em caixa. Os números fazem parte dos relatórios da Administração da empresa, publicados nesta terça-feira (28) e compostos por três documentos: Relato Integrado, Carta anual de Governança e Políticas Públicas e Relatório de Administração. Eles demonstram o desempenho da PPSA em 2023, quando a estatal completou dez anos de atividades, fez a gestão de 23 contratos de partilha de produção, representou a União nos acordos de individualização da produção e comercializou 16 milhões de barris de petróleo da União e 43 milhões de metros cúbicos do gás da União.

“Tenho orgulho dos resultados da empresa até aqui. Ao longo dessa década, já acumulamos uma arrecadação de mais de R\$ 14 bilhões para o Tesouro Nacional. Os próximos dez anos serão de crescimento e, por isso, trabalhamos em 2023 para preparar a empresa para o novo cenário. Trabalhamos em novas estratégias para imprimir uma gestão cada vez mais eficiente e estamos estudando novos modelos para a comercialização do petróleo e gás natural da União, a fim de garantir que os recursos sejam maximizados para a sociedade brasileira”, disse Tabita Loureiro, diretora técnica e presidente interina da empresa.

Os campos sob o regime de partilha da produção geridos pela PPSA representam 45% das reservas de petróleo do Brasil e respondem por cerca de 29% da produção nacional. São nove contratos comerciais, dos quais oito já estão em produção, com um volume médio total de um milhão de barris por dia. Esses nove contratos já representam para o Estado brasileiro, em toda a vida útil, mais de R\$ 2 trilhões em royalties, tributos e comercialização de petróleo e gás natural da União.

Os relatórios demonstram que entre as estratégias para os próximos anos está o estudo de ações relacionadas à atratividade do Polígono do Pré-Sal e o aprimoramento dos modelos para a comercialização de petróleo e gás natural, a fim de garantir melhores resultados para a União.

Também há uma diretriz específica para descarbonização. “Vamos atuar em parceria com os consórcios para entregar um óleo cada vez mais descarbonizado. Já recebemos os principais indicadores e estamos entendendo como podemos ter um papel nisso tudo e aprovar projetos cada vez mais sustentáveis. É um objetivo comum de todos os parceiros”, disse Tabita.

Os relatórios também retratam as iniciativas em curso na PPSA para compor seu quadro permanente, com a realização de um concurso público. A empresa também destaca novo contrato para ampliação do Sistema de Gestão dos Gastos de Partilha de Produção (SGPP), além de dados sobre governança, evolução de seu quadro de pessoal, planejamento estratégico, desempenho das atividades, modelo de negócios, controles de riscos, relacionamento com públicos de interesse e perspectivas futuras da companhia, entre outros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/05/2024

MAGDA PROMETE EMPENHO PARA FORTALECER CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 28/05/2024 - 19:40

Presidente da Petrobras destacou histórico e potencial da indústria naval que, segundo ela, poderá esperar igualdade de oportunidades de contratação durante sua gestão



Foto: Rafael Pereira (Divulgação/Agência Petrobras)

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou, na última segunda-feira (27), que, ao longo de sua gestão, a indústria naval pode esperar igualdade de oportunidades e empenho muito grande na busca do reforço às cadeias produtivas nacionais. Magda mencionou o histórico e o potencial nacional de fornecimento de equipamentos submarinos que são objeto de uso no Brasil que possuem qualidade de bens exportáveis.

"Temos muita coisa boa feita no Brasil, muito esforço feito no Brasil, muita capacitação desenvolvida para essa indústria. Minha obrigação é ajudar a reforçar essas cadeias nacionais", destacou Magda durante coletiva de imprensa na sede da companhia, no Rio de Janeiro (RJ). Foi a primeira entrevista da nova presidente da empresa, que assumiu o cargo na última sexta-feira (24).

Na ocasião, Magda lembrou que, já nos primeiros anos de exploração de petróleo no mar no Brasil, havia uma grande preocupação com o fornecimento de bens e serviços, desde disponibilidade até adequações às demandas. Ela citou que a primeira sonda de perfuração marítima no Brasil foi construída em um estaleiro local na década de 1960.

"Desde o primeiro momento de enfrentamento, falamos de um esforço grande de investimento em desenvolvimento de cadeia de fornecimento nacional e de desenvolvimento de bens e serviços", ressaltou. Ela acrescentou que cada acerto e cada erro é associado a um momento específico. "Hoje, temos estaleiros aqui produzindo topsides de grandes plataformas com sucesso, com preço, com prazo e qualidade", analisou Magda.

A presidente da Petrobras, que atuou por 14 anos na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), identifica no setor empresarial um desejo comum de encontrar, como contrapartida, segurança jurídica e mais transparência nos processos de contratação. "Vamos ter que honrar essa igualdade de oportunidades. Acredito que só nisso já ajudamos significativamente a reforçar as cadeias de fornecedores brasileiros", concluiu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/05/2024

PEC DA PRIVATIZAÇÃO DE ÁREAS COSTEIRAS PREJUDICA TUPS, APONTA ATP

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 28/05/2024 - 17:01



Arquivo/Divulgação

Associação vê risco de custos excessivos para operações dos terminais autorizatários em caso de aprovação da proposta de transferência de terrenos de marinha para estados, municípios e particulares, que tramita no Senado

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) avalia que a eventual aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2022 pode gerar insegurança jurídica e onerar o setor, trazendo riscos à operação. A proposta,

que transfere os chamados 'terrenos de marinha' a estados, municípios e particulares, foi tema de audiência pública realizada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na última segunda-feira (27).

Um dos riscos apontados pela associação é que a privatização dessas áreas pode comprometer ou até inviabilizar a expansão das instalações dos terminais de uso privado (TUPs), porque poderão ficar limitados ou confinados em seus respectivos terrenos. “Se ele [terminal privado] olhar para o lado e não tiver espaço para expandir ou receber carga, para poder movimentar e criar novos berços, novos cais para receber navios maiores, para fazer maior movimentação de carga, ele não vai poder crescer. Vai ficar confinado e pode perder competitividade e perder a sua carga”, afirmou a gerente técnica da ATP, Ana Paula Gadotti, durante a sessão no Senado.

A Marinha considera que o debate em torno da PEC 03/2022, que prevê a transferência de domínio da faixa costeira, é essencial para compreender o valor dos terrenos de marinha. A força naval manifestou que essas áreas são pilares para a defesa da soberania nacional, o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente, tendo em vista a diversidade de ecossistemas, a importância das atividades econômicas relacionadas aos ambientes marinho e fluviolacustre, além da proteção de 8.500 km de litoral.

“A MB reitera que as dimensões continentais do Brasil e complexidade de sua sociedade requerem o amplo debate em torno do tema, a partir da participação de toda sociedade, a fim de garantir a análise pormenorizada de aspectos regionais que permitam o tratamento diferenciado e inclusivo, além do enfoque estratégico da soberania nacional”, informou em nota.

A Marinha do Brasil ressaltou que os ‘terrenos de marinha’ são áreas litorâneas que não pertencem à instituição e que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, é responsável pela gestão do patrimônio da União, incluindo os terrenos de marinha e as praias marítimas e fluviais, que constituem uma questão administrativa como também um patrimônio essencial para a salvaguarda dos interesses nacionais e do desenvolvimento sustentável do Brasil.

A autoridade marítima acrescentou que estas áreas, estabelecidas desde 1831, são propriedades da União, conforme previsto no inciso VII do Art. 20 da Constituição Federal de 1988, combinado com o Art. 2º do Decreto-Lei 9.760/1946, e compreendem áreas localizadas na costa marítima, margens de rios e lagoas — até onde houver influência das marés —, manguezais, apicuns, além das que contornam ilhas costeiras e oceânicas.

O texto da PEC 3/2022 teve origem na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em fevereiro de 2022, e agora está sob análise dos senadores. O texto atual estabelece que a transferência desses terrenos seja feita mediante pagamento para ocupantes particulares e gratuitamente se ocupados por estados, municípios e concessionários de serviços públicos. A gerente técnica da ATP observou que, se houver a promulgação da proposta, a União vai ser impedida de dispor de novas áreas para esses negócios, o que vai implicar um engessamento.

A entidade também teme um incentivo à prática de preços abusivos, já que a proposta não menciona uma base financeira e não prevê uma limitação do valor e até da área, que pode chegar a 100%. A leitura da associação é que, se os terrenos forem passados para municípios, estados e as concessionárias públicas que já operam, os TUPs, que operam mediante autorização, serão impactados e terão que adquirir terrenos de outros particulares.

“Qual vai ser o valor? Não existe parâmetro hoje. Se a gente precisar fazer uma expansão e adquirir um terreno de um município ou estado, ele vai vender a quanto? Qual o parâmetro? Não temos. Pode ser um valor tão exorbitante que nos impeça de adquirir um terreno vizinho para expandir a operação. Então, é uma insegurança jurídica muito grande”, afirmou Ana Paula. Os associados da ATP representam 66% de toda a movimentação de cargas, entre commodities minerais, agrícolas e produtos siderúrgicos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/05/2024



A Transpetro intensificou na Bahia as operações de transferência de petróleo e derivados entre navios [Ship to Ship], principalmente as realizadas em áreas fundeadas. A atuação na Baía de Todos os Santos, especialmente a partir do Terminal de Madre de Deus (Temadre), tem sido estratégica para a empresa.

De acordo com o gerente executivo de Desenvolvimento de Novos Negócios e Comercialização da Transpetro, Gustavo Rosindo, as três áreas licenciadas que a companhia tem na região permitem operações especializadas com navios de diferentes portes, oferecendo aos clientes maior previsibilidade e confiabilidade no suprimento do mercado, além de uma logística otimizada e eficiente.

"Em 2023, realizamos 31 operações na Bahia, movimentando 1,6 milhão de metros cúbicos de petróleo e derivados. A tendência é de crescimento. Em 2024, já realizamos 16 operações no primeiro quadrimestre, totalizando a movimentação de 900 mil metros cúbicos", explicou Rosindo.

A Transpetro se destaca como líder de mercado em operações Ship to Ship no Brasil e figura entre os maiores provedores mundiais deste serviço. Essa opção logística pode reduzir os custos de transporte no modal marítimo em até 30%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 27/05/2024

PARCEIROS DECIDEM FINAL DE INVESTIMENTO PARA OS DESENVOLVIMENTOS DE ATAPU-2 E SÉPIA-2

Da Redação OFFSHORE 27/05/2024 - 20:55



A Petrobras, operadora, a TotalEnergies e parceiros nos consórcios Atapu e Sépia, tomaram a decisão final de investimento (FID) para a segunda fase de desenvolvimento dos campos de Atapu e Sépia, localizados na área do pré-sal da Bacia de Santos.

O campo de Atapu produz desde 2020 por meio da unidade FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência, da sigla em inglês) P-70, com capacidade de produção de 150 mil barris de petróleo por dia (bpd). A segunda fase de desenvolvimento, Atapu-2, compreenderá a construção de um novo FPSO de capacidade de 225.000 bpd. A a

No campo de Atapu, a Petrobras detém 65,7%, operadora, a Shell 16,7%, a TotalEnergies 15%, a Petrogal 1,7% e a PPSA 0,9%.

O campo de Sépia produz desde 2021 por meio da unidade FPSO "Carioca", com capacidade de produção de 180 mil bpd. A segunda fase de desenvolvimento, Sépia-2, também compreenderá a construção de um novo FPSO de capacidade de 225 mil bpd. No campo de Sépia, a Petrobras, operadora, detém 55,3%, a TotalEnergies 16,9%, a Petronas 12,7%, a QatarEnergy 12,7% e a Petrogal 2,4%.

Os dois FPSOs devem começar a produção a partir de 2029. Eles foram projetados para minimizar as emissões de gases de efeito estufa por meio de uma configuração All Electric e tecnologias como unidade de recuperação de calor, flare fechado, recuperação de gás de tanque de óleo de carga e acionamento de variadores de velocidade em compressores e bombas.

"A decisão de lançar Sépia-2 e Atapu-2 é um novo marco de nossa história de crescimento no Brasil, um país emblemático para a Companhia graças aos seus recursos petrolíferos de classe mundial, de

baixa emissão e baixo" declarou Nicolas Terraz, presidente de Exploração e Produção da TotalEnergies. "Após o início de Mero-2 no final de 2023 e os startups de Mero-3 em 2024 e Mero-4 em 2025, o Brasil em breve será responsável por mais de 200 mil barris de óleo equivalente por dia (boepd), em equity production para a empresa. Em seu platô, Sépia-2 e Atapu-2, décimo e décimo primeiro FPSOs da TotalEnergies no Brasil, contribuirão para manter a produção da TotalEnergies neste país- chave acima de 200 mil boepd."

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 27/05/2024

ATIVA LOGÍSTICA INAUGURA CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO EM BARUERI (SP)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/05/2024 - 20:55



A Ativa Logística inaugurou um centro de distribuição em Barueri (SP), com R\$ 15 milhões em investimentos. O novo CD conta com uma área total de 24 mil metros quadrados, mais de 60 docas e um pátio para mais de 50 carretas.

A empresa investe também na aquisição de um sorter, sistema de automação que possui dois quilômetros de comprimento de esteira, quatro linhas de abastecimento e 44 linhas de separação, que proporcionará maior rapidez nos processos e eficiência da capacidade produtiva.

O diretor de Tecnologia, Projetos e ESG da Ativa Logística, Lacordaire Sant'Ana, destaca que em 2023 a Ativa Logística atingiu a marca de 50 milhões de volumes entregues, sendo um a cada três segundos, para as indústrias de saúde, beleza e bem-estar.

Até o final de 2024, a Ativa Logística espera um aumento de 25% em relação à movimentação de volumes, com a ampliação dos serviços de armazenagem e transporte para clientes.

Para o presidente e fundador da empresa, Clovis A. Gil: "O novo CD é um grande investimento da empresa para assegurar a expansão da operação com alto nível de performance exigido principalmente pela indústria de saúde, com mais rapidez e automação dos processos".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 27/05/2024

PPSA PUBLICA EDITAL PARA LEILOAR 33 MILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO DA UNIÃO EM 2025

Da Redação OFFSHORE 27/05/2024 - 20:54



A Pré-Sal Petróleo (PPSA) vai comercializar 33 milhões de barris de petróleo no 4º Leilão de Petróleo da União, que será realizado na sede da B3, em São Paulo, no próximo dia 31 de julho. A empresa publicou nesta segunda-feira (27), no Diário Oficial da União, o aviso do edital do leilão com as principais informações sobre o certame. O leilão comercializará toda a produção estimada para a União, em 2025, dos Campos de Mero e Búzios.

Segundo o diretor de Administração, Finanças e Comercialização, Samir Awad, estes campos são os principais produtores de petróleo da União e a expectativa é de que a arrecadação com o leilão supere R\$ 13 bilhões para o governo federal. Os recursos serão recebidos ao longo de 2025 e podem variar conforme o preço do barril, o valor oferecido no leilão e a taxa de câmbio. "Estamos apresentando as oportunidades do leilão ao mercado e temos percebido bastante interesse", afirmou.

De acordo com a diretora Técnica e Presidente Interina, Tabita Loureiro, este será o primeiro leilão de um calendário de leilões em discussão com o Ministério de Minas e Energia. "Em abril de 2025, já

pretendemos fazer um novo certame para comercializar a produção da União prevista para 2026 para os campos de Mero, Búzios e Bacalhau. E outros leilões estão sendo avaliados para vender as cargas de 2027 e 2028. A produção da União é crescente e precisamos dar previsibilidade ao mercado para maximizar os resultados para a sociedade brasileira”, explicou Tabita.

Em julho, serão leiloados, separadamente, quatro lotes de petróleo, sendo três de Mero (dois deles com quantidades estimadas de 10 milhões de barris e um de 10,5 milhões de barris) e um de Búzios (com quantidade estimada de 2,5 milhões de barris). Isso equivale a uma entrega de aproximadamente 66 cargas de 500 mil barris em 2025, que estarão disponíveis nos FPSOs Guanabara, Sepetiba, Duque de Caxias e Pioneiro de Libra, em Mero, e na P-74, P-75, P-76, P-77 e Almirante Barroso, em Búzios.

As empresas poderão participar do leilão individualmente ou em consórcio. A depender da modalidade, poderão ser habilitadas empresas de exploração e produção de petróleo, comercialização, logística e refinarias. Companhias estrangeiras poderão participar dos consórcios, mas não poderão liderá-los.

Dinâmica do leilão

A sessão pública poderá ocorrer em duas etapas para cada lote leiloadado, sendo vencedora aquela empresa que oferecer o melhor preço. Na primeira etapa, os preços deverão ser maiores do que o Limite Mínimo de Preço que será fixado pela PPSA com dois dias de antecedência ao leilão, em US\$/barril. “Nossa missão é maximizar os resultados para a União e por isso, para a primeira fase, estabeleceremos um valor mínimo de preços, com base no Brent datado. Uma proposta maior que US\$ 0,40/bbl da segunda colocada será declarada vencedora do lote, enquanto propostas de preço distantes entre si em até US\$ 0,40/barril será condição para realizar um pregão a viva-voz, com a participação daquelas empresas que apresentaram proposta nesse intervalo.” explicou Guilherme França, superintendente de Comercialização da PPSA.

Caso não haja ofertas acima do referido patamar inicial de preços, será realizada a segunda etapa da sessão, a Repescagem, baseada num novo patamar de preço mínimo anunciado na hora, sendo aberto um pregão em viva voz com a participação de todas as empresas habilitadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2024

PORTOS BRASILEIROS PARTICIPAM DE MISSÃO NA ESPANHA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/05/2024 - 20:54



Representantes de cinco portos brasileiros participam de missão na Espanha, com a direção dos Portos do Estado Espanhol

Nesta segunda-feira (27/5), em Madri, o presidente da instituição espanhola, Álvaro Rodriguez, falou sobre as possibilidades de investimentos e intercâmbios entre portos do Brasil, da Espanha e da Colômbia.

Autoridades do setor portuário e de infraestrutura e comércio da Espanha também estavam presentes. A iniciativa faz parte da

Agenda Misión Inversa Puertos Brasileños Y Colombianos, que reúne os dirigentes dos portos espanhóis, de Barcelona e Valência, e da Colômbia, de Cartagena, Santa Marta e Buenaventura. São 46 os portos subordinados ao Portos do Estado, que reúnem 28 autoridades portuárias. A função estratégica dos portos é defendida pelos gestores públicos, que busca equilibrar o interesse dos agentes privados com as necessidades da sociedade espanhola e da União Europeia.

Os portos brasileiros são representados pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini; o presidente do Porto de São Sebastião (SP), Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio; pelo superintendente do Porto de Itajaí, Fábio de Veiga; pelo superintendente de Gestão Estratégica da PortosRio, Luis Cesar Silveira da Fonseca Filho; e pelo diretor financeiro e administrativo da

Portos do Paraná, Marcos Alfredo Bonoski. O encontro teve a organização da analista de Mercado do Escritório Econômico e Comercial em São Paulo da Embaixada da Espanha no Brasil, Paloma Groizard Leite.

Pela Colômbia estavam representados os portos de Cartagena, Santa Marta e Buenaventura. Também participaram a Companhia de Portos Associados, a Câmara Marítima e Portuária, a Associação Nacional de Empresários da Colômbia e a Embaixada da Espanha na Colômbia.

A programação inclui visita técnica ao Porto de Barcelona, dia 28, com a apresentação dos planos estratégicos e de inovação. Em Valência, dia 29, Anderson Pomini participará de mesa redonda sobre inovações portuárias e falará dos projetos neste sentido no Porto de Santos.

No dia 30, os integrantes da missão vão conhecer os sistemas de inovação tecnológica já aplicados no Porto de Valência em visita organizada pela ValenciaPort.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2024

HAPAG-LLOYD E IKEA SE UNEM PARA PROMOVER TRANSPORTE MARÍTIMO MAIS LIMPO

Da Redação NAVEGAÇÃO 27/05/2024 - 20:53



A Hapag-Lloyd iniciou uma cooperação com a IKEA para descarbonizar os envios de contêineres provenientes da Ásia, marcando um passo importante em direção a uma indústria marítima mais sustentável.

Para o período de março deste ano a fevereiro de 2025, ambas as empresas concordaram em usar a melhor opção de produto para biocombustíveis, o “Ship Green 100”, que funciona à base de resíduos em vez de óleo combustível naval convencional. O resultado esperado para a IKEA, durante esse período, é reduzir as emissões de CO2 em torno de 100 mil toneladas.

“A IKEA é um dos nossos clientes mais valiosos, conhecido pelo seu compromisso inabalável com a sustentabilidade. Ao unir forças, estamos reduzindo significativamente as emissões de CO2e [dióxido de carbono equivalente]”, celebra Danny Smolders, diretor-geral de Vendas Globais da Hapag-Lloyd. “O Ship Green é um aspecto importante da nossa jornada de descarbonização e nos aproxima do nosso objetivo de operações de frota com zero emissões líquidas até 2045.”

O objetivo da IKEA é reduzir as emissões relativas de GEE (Gases de Efeito Estufa) provenientes do transporte dos produtos em 70% até 2030, além de utilizar apenas veículos pesados e navios de carga com emissão zero até 2040.

“É através de esforços como esse que podemos reduzir as emissões imediatas do transporte marítimo no curto prazo”, afirma Dariusz Mroczek, gestor de Transporte Global, do setor de Operações da Cadeia de Fornecimento da IKEA. “No entanto, o biocombustível não é a solução definitiva e precisamos continuar a colaborar para fazer a mudança necessária em direção a combustíveis e tecnologias com emissão zero”.

A Hapag-Lloyd lançou o produto Ship Green para oferecer aos seus clientes transporte marítimo com redução de emissões. Com base no biocombustível, os clientes da Hapag-Lloyd podem escolher entre 100%, 50% ou 25% de redução das emissões de CO2e. Ship Green está disponível para todas as linhas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/05/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 050/2024
Página 55 de 55
Data: 28/05/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 28/05/2024